

Faltam vagas na moradia estudantil e parte dos alunos segue desassistida

Crise do setor leva editoras a inovar para atrair novos leitores

Retirada de *pinus* das dunas depende de ação de voluntários

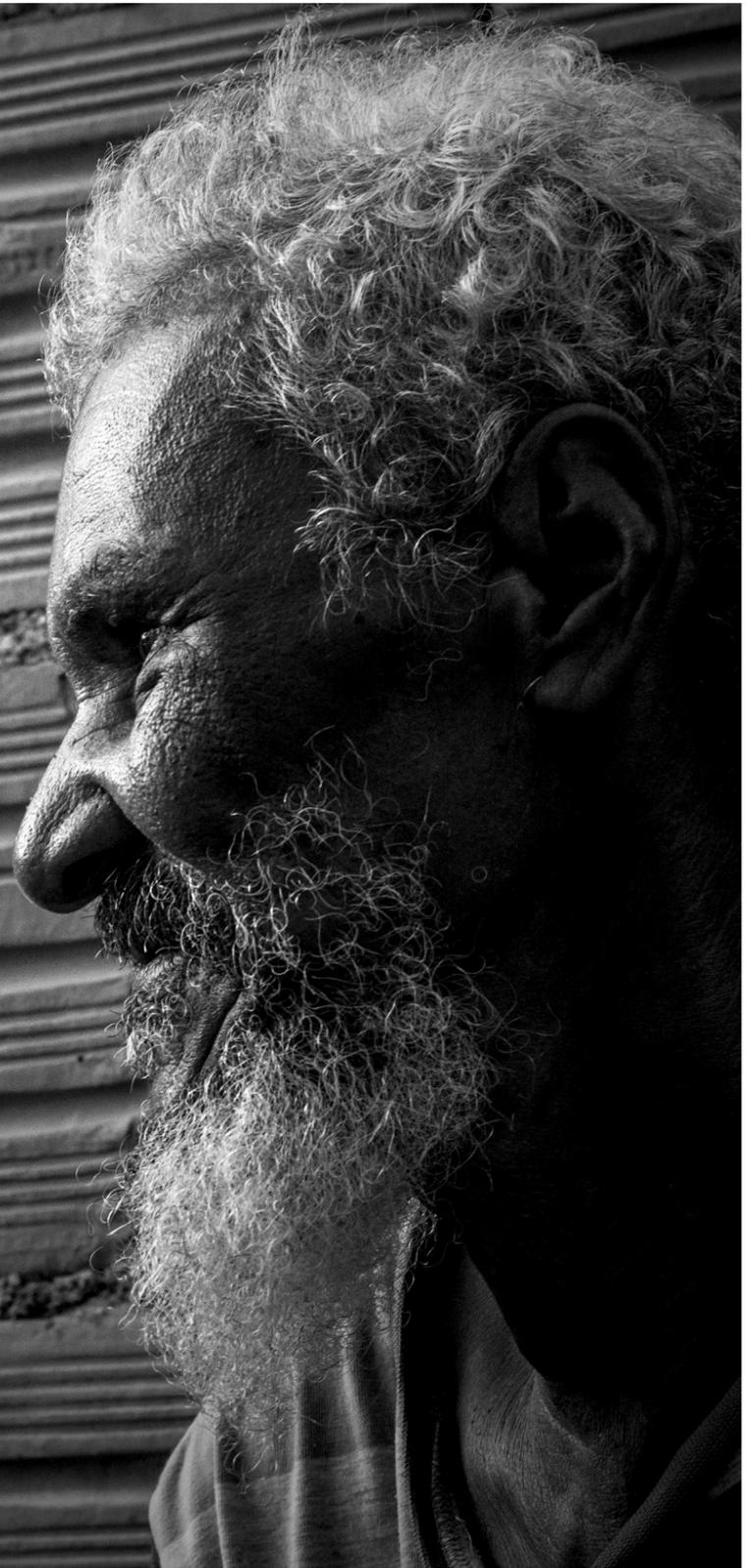
ZERO

Curso de Jornalismo | UFSC | Florianópolis | Maio de 2019 | Ano 38 | Número 1

CIDADANIA | Página 8

Quilombo resiste na capital

Em condições precárias de moradia, remanescentes quilombolas esperam há mais de 40 anos por reconquista de território original e reconhecimento da presença negra na história da Ilha



SOCIEDADE | Página 15

Centenas protestam contra violência policial

A morte de Vitor Santos, jovem negro baleado por policiais militares dentro de casa, inflamou a discussão sobre abuso de autoridade, motivando a mobilização que lotou o Largo da Catedral Metropolitana de Florianópolis. Manifestantes pediam fim do racismo institucional



Néri Pedroso é formada em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria (RS), vive e atua em Florianópolis (SC). Jornalista, é diretora da NProduções, microempresa voltada para projetos no campo da cultura. Tem experiência em jornalismo cultural e na implantação de projetos jornalísticos, como cadernos e suplementos especiais, nos jornais *A Notícia* e *Notícias do Dia*. Integra a Associação Brasileira de Críticos de Arte (ABCA), a Academia Catarinense de Artes e Letras (Acla) e, como sócia-fundadora, faz parte da diretoria do Instituto Schwanke, em Joinville, onde atua como vice-presidente.

Que avanço!

Um privilégio poder fazer uma avaliação comparativa entre a edição do **Zero**, de setembro e novembro, as de número 3 e 4. A mudança na escolha do papel é significativa, ajuda a qualificar e realçar o produto. A capa está impecável nos títulos, na ilustração, na cor. Na avaliação crítica, agora num enfoque mais textual, percebo uma repetição de palavra no próprio texto – descaso, e um equívoco ao comentar um lead, no qual troco o nome do narrador Cacau por seu Andrino. Como se vê, o jornalismo exige reconhecer erros e fazer correções.

Ao contrário da edição anterior, o ordenamento dos assuntos chama a atenção no jornal número 4 pela inexistência da vinheta Leia Mais, que leva a uma análise inicial que se desconstrói no folhear. Surpreende o fato da página 4 se abrir com uma arte fundamental para a estruturação da matéria, uma vez que o parágrafo dedicado ao acervo, na página 3, é pouco consistente. Ossada do homem do sambaqui, objetos indígenas, renda de bilro, 45 mil peças, embora informações importantes, não dão a real dimensão do patrimônio. O leitor lê a página 3 na suposição de que ela se fecha ali, sem perceber que a regra do veículo é fechar os textos com a letra Z em vermelho, algo que não se concretiza, por exemplo, na matéria sobre *coaching*.

Na mesma perspectiva percebe-se a adoção de intertítulos e não de retrancas o que acaba por provocar outro estranhamento, em Arquivos do silêncio. Com três páginas, a personagem Juliana que está no lead só volta a aparecer no fim, feito um fantasma. Depois de ler tudo, pergunta-se: mas quem é mesmo Juliana? A vítima de abuso na infância meio que desaparece, ganha poucas linhas quando há hoje mulheres dispostas a falar abertamente sobre o drama pessoal. O pertinente tema começa por um caso de abuso e logo segue para os dados do Disque 100. Embora correlatas - violência e exploração sexual, seria oportuno clarear, antes de tudo, o que está posto no intertítulo *O papel da pobreza*, que aborda as ambiguidades na classificação dos casos.

O sequencial das 16 páginas leva a pensar no modo como se dá o planejamento que deve primar pela valorização temática. Páginas ímpares são mais importantes, podem acolher assuntos de uma página só, as espelhadas pedem as grandes apostas. Nesse sentido, lamento a ausência de uma imagem nas páginas centrais, justo as mais valiosas. Não caberia ao menos um pequeno boneco da entrevistada? Tijolões são inconcebíveis. Chama a atenção também que dois temas do universo da cultura estejam distanciados, com selos diferenciados: um de cultura e outro de tradição. A aproximação poderia dar mais densidade ao jornal.

Sobre a pauta, os assuntos dessa edição em relação à anterior se contêm em sua potência política, são mais leves, demonstram menos inquietude sobre o atual momento político brasileiro. Uma boa pauta deve estimular uma discussão sobre os fatos e sua repercussão na realidade. Assim, diante de índices deprimentes sobre a educação no País, questiono o tema *coaching*.

Regra geral, os textos merecem mais revisão dos próprios autores. O criador precisa suspeitar e ter a coragem de destruir a própria produção, crendo que sempre é possível melhorar. É preciso reescrever até enlouquecer. Palavras repetidas empobrecem o conteúdo. Por sua imprecisão, vários e diversos devem ser descartados da lida jornalística. Uso de palavras com hífen aparecem erradas. Houaiss sugere on-line (erro na pág. 8) e sociocultural (pág. 9). Falta de padronização ao longo das páginas ou até mesmo numa mesma página: no uso de numerais; de maiúsculas, Estado, como sinônimo de unidade administrativa; de pontos cardeais; na pontuação, sobretudo no ponto final em citações com aspas.

Um jornal é sempre o que foi possível fazer como equipe. Embora as imperfeições, deve ser celebrado porque envolve riqueza humana - discussões, crítica, seletividade, contextualização, cruzamento de dados, síntese, clareza, originalidade, renúncia, astúcia, inquietação, desejo de mudança na esfera pública e privada, humildade e persistência. Avanços ou erros logo ficam para trás, porque já está na hora de começar tudo de novo, uma nova edição!

EDITORIAL

A primeira edição do **Zero** em 2019 traz como matéria de capa um caso que evidencia a desigualdade de direitos enfrentada em Florianópolis. O único quilombo da capital catarinense, Vidal Martins, espera há cinco anos por regulamentação fundiária e a comunidade ainda luta para recuperar o seu território. Os quilombolas moram em um ambiente improvisado desde que foram expulsos de suas terras. A reportagem destaca o andamento do processo e revela a dura realidade da comunidade.

O **Zero** também aborda a implantação de políticas de inclusão nas universidades públicas brasileiras. Nas duas últimas décadas, essas políticas trouxeram para dentro das salas de aula estudantes das mais diversas culturas e realidades, inclusive de famílias de baixa renda. A UFSC está localizada na capital com um dos custos de vida mais caros do Brasil, porém a quantidade de vagas ofertadas na moradia estudantil da universidade ainda é insuficiente para atender quem não tem condições de pagar aluguel, dificultando a continuidade dos estudos longe de casa. Para piorar, os recursos destinados às universidades públicas vêm reduzindo a cada ano e a cobrança de mensalidades passou a ser cogitada pelo governo atual.

Além disso, os casos de violência policial militar contra a população vêm crescendo na capital, e a população pobre e negra é a que mais sofre. Em menos de um mês, uma morte e dois atos de violência foram cometidos em abordagens policiais. Das três vítimas, duas eram negras e uma era mulher. Para lutar contra esses abusos, foi realizada, no dia 25 de abril, uma marcha no centro de Florianópolis, que poderá ser conferida em nossa fotorreportagem.

Problemas ambientais também fazem parte dessa edição. Os *pinus* são a segunda maior causa de perda de biodiversidade e extinção de espécies no mundo por encobrir áreas de vegetação nativa. Em Florianópolis, mais de 28 mil árvores da espécie foram retiradas somente na região da Lagoa da Conceição em 2018. O **Zero** traz uma reportagem sobre os problemas da efetivação de uma Lei Municipal que ordena a remoção completa e substituição dessa espécie invasora, cujo trabalho vem sendo feito por voluntários.

A evolução tecnológica mudou a forma como nos relacionamos uns com os outros. É quase impossível imaginar nossas vidas hoje sem o uso de aparelhos eletrônicos ou sem internet. Entretanto, nem todas as pessoas estão inseridas nesse cenário e podem se sentir excluídas. Os idosos assistiram as novas gerações adentrando no mundo da tecnologia e muitas vezes acabam ficando para trás. Por isso apresentamos nesta edição projetos que oferecem cursos voltados à inclusão digital dos idosos.

Falamos também do acolhimento de mulheres e crianças imigrantes em Florianópolis e mostramos como a corrida de rua é uma boa forma de exercitar o corpo. Em cultura, vamos contar a história do artista chileno Polo Cabrera e refletir sobre o mercado literário no Brasil - a crise das editoras e os novos meios de atrair os leitores. Desejamos uma ótima e produtiva leitura!

ZERO

JORNAL-LABORATÓRIO ZERO
Ano 38 | N° 1
Maio de 2019

Envie críticas, sugestões e comentários. Participe!

✉ zeroufsc@gmail.com
☎ (48) 3721-4833
📧 /jornalzero
🐦 @zeroufsc

Departamento de Jornalismo
Centro de Comunicação e Expressão
Universidade Federal de Santa Catarina
Trindade | Florianópolis | SC | CEP 88040-900

★
3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil
EXPOCOM 1994

★
Melhor Jornal-Laboratório – I Prêmio Foca
Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina 2000

★★
Melhor Jornal-Laboratório
EXPOCOM SUL 2015 & 2017

★
Melhor Jornal-Laboratório do Brasil
EXPOCOM 2015

★★
Reportagem em Jornalismo Impresso
EXPOCOM NACIONAL 2017 & 2018

★★
Reportagem em Jornalismo Impresso
EXPOCOM SUL 2017 & 2018

★★★★★★
Melhor Peça Gráfica
Set Universitário | PUC-RS
1988, 1989, 1990, 1991, 1992 & 1998

REPORTAGEM

Ana Ritti, Eduardo Iarek, Eliza Della Barba, Emily Leão, Fernando Perosa, Isabela Petrini Moya, Jéssica Antunes, João Balestrin, Lavínia Kaucz, Madu Silva, Maria Gabriella Schwaemmle, Pâmela Schreiner, Rafael Prudencio Moreira, Sofia Mayer e Tatiane Borges

REDES SOCIAIS

Bruna Ferreira, Letícia Silva, Maria Heloísa Vieira e Yeda Teixeira

FOTOGRAFIA

Jéssica Antunes, Lívia Tokasiki, Luiza Monteiro e Luna Mariah Zunino

INFOGRAFIA

Daniela Müller e Ildo Francisco Golfetto

DIAGRAMAÇÃO

Clarissa Levy, Eduardo Melo, Lucas de Amorim e Luísa Michels

PROJETO GRÁFICO

Bruna Elisa Mayer, Caroline Copatti Selbach, Ildo Francisco Golfetto, João Vitor Nunes, Larissa Karla Martinelli e Mariela Cancelier

REVISÃO FINAL

Valentina da Silva Nunes e Alggeri Hendrick

CHEFIA DA EDIÇÃO

Daniel Sborz e Suelen Rocha

CAPA

Clarissa Levy, Ildo Francisco Golfetto e Valentina da Silva Nunes
Foto: Jéssica Antunes

PROFESSORES RESPONSÁVEIS

Ildo Francisco Golfetto (SC 02372-JP)
Valentina da Silva Nunes (MTB MS 14224)

MONITORIA

Evangelina Oggero Viviani, Lívia Schumacher e Rafaela Coelho

IMPRESSÃO

Imprensa UFSC

TIRAGEM E DISTRIBUIÇÃO

1.000 exemplares - Nacional

FECHAMENTO

12 de maio 2019

Estudantes dependem de auxílio para ficar na UFSC

Apesar de ser um direito, não há vagas suficientes para todos que precisam

O condomínio de número 700 da rua Desembargador Vitor Lima, no bairro Trindade em Florianópolis, aparenta ser como qualquer outro. Mas na verdade abriga a Moradia Estudantil da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Entre os estudantes que residem ali, está Hemilly Monteiro Gaudencio do Nascimento, que divide seu quarto com outra menina, além de compartilhar a cozinha e o banheiro com mais duas pessoas. “O espaço é bem limitado. Se os quatro decidirem fazer comida ao mesmo tempo, fica muito apertado”, comenta Hemilly sobre a estrutura do edifício.



Atualmente, 167 estudantes de diversos cursos da UFSC vivem no condomínio, que fica ao lado da universidade - são 76 vagas femininas e 90 vagas masculinas. Mas a disputa para conseguir morar ali é muito acirrada: só no primeiro semestre de 2019, mais de 500 alunos entraram em contato com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) para conseguir uma vaga na moradia estudantil. A coordenadora de assistência estudantil da PRAE, Cláudia Priscila C. dos Santos, revela que a UFSC é uma das universidades com o menor número de vagas na moradia estudantil. “Mesmo com outros programas da pró-reitoria, a necessidade do aluno residir na universidade sem a especulação do mercado imobiliário não é suprida”, sinaliza a coordenadora.

Hemilly tem 24 anos, é natural de Abreu Lima, Pernambuco, estuda no curso de Animação da UFSC e faz parte do grupo de estudantes da universidade que possui renda familiar menor ou igual a um salário mínimo e meio per capita, cálculo feito através da soma da renda bruta mensal da família dividida pelo número de pessoas que residem na casa. Por conta disso, ela conseguiu fazer parte de dois programas oferecidos pela universidade: a moradia estudantil e a bolsa permanência no valor de R\$ 698,11 (valor referente ao último edital da PRAE).

Hemilly vem de uma família com poucos recursos e sem condições de mantê-la longe de casa. “A minha família é apenas eu, minha irmã e meu pai. Morávamos num sobradinho no terreno da minha avó”, conta a estudante. Aprovada no vestibular de 2016, Hemilly finalmente viu a oportunidade de cursar o que mais gostava. Sem condições de pagar aluguel, foi em busca dos programas ofertados pela universidade, que surgiram como alternativa para conseguir realizar seu sonho de entrar no ensino superior. “Fiquei com medo de não ser aprovada no cadastro, porque na UFSC é tudo bem concorrido, são poucas vagas para muitas pessoas”, lembra.

Assim como Hemilly, o estudante de Engenharia Civil, Giovanni Araújo, 19, também é residente da moradia estudantil da UFSC. Ele veio de São Paulo com uma “vaquinha” feita pelas tias: “de algum jeito, eu teria que vir, mas meus pais não tinham como pagar. Então minhas tias se juntaram para arrecada-

dar dinheiro, que foi suficiente para passagem e para passar o primeiro mês, enquanto aguardava sair o resultado da PRAE.” Quando chegou, não tinha onde ficar, entrou em contato com a prima que estava morando aqui e ela pediu a uma amiga para hospedar Giovanni até que o edital saísse com o resultado. Após quase dois meses de espera, foi aprovado para receber os auxílios. “Eu sabia que conseguiria o cadastro por conta da renda da minha família. Eu sou o primeiro de oito filhos, além do meu pai que trabalha com calçados e minha mãe é do lar”.

“Difícil pensar em cálculos quando você tem que procurar emprego para se sustentar”

A egressa do curso de Relações Internacionais, Vanessa Canei, também residiu na Moradia Estudantil da UFSC durante a graduação. Ela iniciou os estudos na universidade em 2012 e, como tantos outros estudantes de famílias de renda baixa, precisava de auxílio para ter onde morar longe de casa. “Quando vim estudar na UFSC, eu estava trabalhando em uma empresa de telemarketing para conseguir me manter, mas a rotina era muito pesada, não estava dando conta. Então saí da empresa e procurei informações sobre os programas de permanência estudantil da universidade”, relata Vanessa, que não conhecia a PRAE até aquele momento.

Na época em que entrou no curso, para receber a bolsa de apoio financeiro da universidade era necessário fazer parte de um projeto com uma carga horária mínima de 20 horas semanais. O movimento estudantil contestava essa exigência e o Diretório Central dos Estudantes (DCE) entrevistou para que a bolsa fosse apenas de apoio aos estudantes. “Essa é

uma das políticas de permanência, não pode ser cobrada em horas”, explicou Vanessa, que na época participava do movimento.

Mas nem todos têm a mesma sorte que Hemilly e Vanessa tiveram. A estudante de Jornalismo Inara Santos Chagas, de 20 anos, é natural de Cianorte, no Paraná. Desde o início da sua graduação em 2017 tenta participar de alguns programas da PRAE, mas o único que conseguiu foi a isenção no restaurante universitário. “Desde que entrei, todo semestre tento benefício da PRAE. Moradia eu já desisti, existem pessoas que precisam mais do que eu, que têm renda baixíssima”. Inara saiu de Cianorte sem saber como ia se virar em Florianópolis. “Quando contei para meus pais foi uma felicidade, mas nós não sabíamos como seria dali pra frente”, lembra a estudante. A viagem longa para visitar os pais é feita apenas duas vezes ao ano, já que ela utiliza toda a renda que tem para se manter na cidade. “Eu não penso em atrasar o curso, porque se eu atrasar vão ser mais seis meses que meus pais vão pagar o aluguel”, finaliza a paranaense.

Ao contrário de Inara, Thiago José da Costa, 24, prestou vestibular para Ciência da Computação. Foi aprovado, mas conseguiu permanecer apenas dois semestres na universidade. Morador do bairro Rio Vermelho, em Florianópolis, a cerca de 33 quilômetros de distância da UFSC, Thiago fez o cadastro na PRAE, mas não conseguiu receber nenhum auxílio. “É muito difícil pensar em cálculos quando você tem que procurar um emprego para se sustentar”, relata. Tendo consciência da importância dos estudos, ele pensa em retornar em breve para a universidade. “Esse ano vou fazer o vestibular de inverno, durante o dia vou trabalhar e à noite vou focar nos estudos”, finaliza Thiago.

Além da moradia estudantil, a UFSC oferece o Programa de Apoio Emergencial de Permanência (Paep), um espaço físico onde estudantes ficam alojados até a saída dos editais da moradia ou até conseguirem um lugar para morar. Mas ainda assim muitos alunos ficam sem ter onde morar e muitas vezes acabam largando os estudos. “Temos só 167 vagas na moradia, esse semestre foram abertas 4 vagas no Paep para um universo de 26 mil estudantes”, lamenta a coordenadora da PRAE. **Z**

Adaptação: mesmo com a limitação do espaço, Hemilly, estudante de Animação, conseguiu fazer de seu quarto compartilhado um ateliê para suas criações. O abajur rosa é uma nova aquisição para trabalhar durante a noite sem atrapalhar sua colega de quarto.

Editoras repensam estratégias em meio à crise

Clubes do livro, *booktubers* e audiolivros são novidades para atrair leitores

Todo romance tem um clímax, uma reviravolta que deixa o protagonista em um beco sem saída. Neste momento, ele precisa encontrar uma solução. Traçando um paralelo com a realidade, é assim que se encontra o mercado editorial brasileiro. No último trimestre de 2018, as duas maiores redes de livrarias do país anunciaram medidas que abalaram a indústria de livros: a Cultura pediu recuperação judicial e a Saraiva, após fechar 20 lojas (inclusive uma de suas unidades em Florianópolis, no Beiramar Shopping), fez o mesmo. Para contornar essa situação de crise, as editoras precisam se adaptar às mudanças do mercado e buscar novos meios para atrair leitores.



“Foi um dos maiores baques da indústria do livro no Brasil, talvez o maior da sua história”

da indústria do livro, talvez o maior da sua história. Os editores sabiam que as coisas iam mal, com pagamentos protelados, negociados, atrasados... mas a situação em outubro de 2018 ficou terrível”, ressalta Sandra.

É um momento de mudanças e de reflexão para o mercado editorial. “Tudo está mudando o tempo todo, inclusive a relação dos leitores com os livros, com os autores, as livrarias, as editoras, o cenário ainda não está muito definido”, comenta Ana Lima, editora executiva da Galera Record por quase 18 anos. A indústria musical precisou pensar em novas formas de consumir música no início dos anos 2000, quando os CDs perderam espaço para o meio digital. As gravadoras usaram a internet a seu favor, distribuindo músicas online e, mais recentemente, nos serviços de *streaming*. As editoras se encontram nesse mesmo contexto, onde é necessário reinventar e procurar novas formas e formatos para atrair leitores.

“Criando” novos leitores

Um dos problemas que as editoras vêm enfrentando é o acúmulo de livros nos estoques, o que gera prejuízos financeiros, uma vez que cada exemplar tem um custo para ser produzido e não gera lucro caso não seja vendido. O *e-book* é uma alterna-

tiva para essa questão. *E-books* são livros digitais que podem ser lidos em dispositivos eletrônicos, como computadores, celulares, tablets e *e-readers* (equipamentos eletrônicos exclusivos para leitura). A última pesquisa sobre consumo de livros digitais do Instituto Pró-Livro, divulgada em 2016, mostrou que 26% dos leitores brasileiros já haviam lido um *e-book*. Entre seus atrativos estão a instantaneidade (quem compra o livro pode começar a lê-lo na hora), portabilidade (são vários exemplares em um único dispositivo) e preços mais baixos. Por exemplo, o preço de capa da obra mais vendida de 2018, *A sutil arte de ligar o f*da-se*, é R\$ 34,90, enquanto o *e-book* pode ser comprado por R\$ 16,79 na Amazon.

Com a popularização dos *e-books*, editoras estão investindo em publicações digitais e já existem empresas especializadas apenas nisso. Sandra Espiloto saiu do mercado editorial tradicional e fundou, junto com o filho Tiago Ferro, a *e-galáxia*, uma editora que oferece serviços de arte, texto, publicação e distribuição de *e-books*. A *e-galáxia* já tem em seu catálogo 390 autores, no entanto, Sandra considera que ainda é essencial a construção de um hábito de leitura digital. “O livro físico nunca vai sumir, mas dividirá espaço com o *e-book*, porém devagar – afinal são 400 anos lendo no papel, não se pode esperar uma migração grande. O leitor ainda precisa aprender que ler no *e-reader* é confortável, prático e mais barato”, esclarece.

Outro modo de consumir literatura que vem crescendo no Brasil é o audiolivro. Nos Estados Unidos, esse mercado movimentou US\$ 2 bilhões em 2016 e, no ano seguinte, vendeu mais de 10 milhões de unidades. O audiolivro dá ao leitor a possibilidade de fazer outra coisa ao mesmo tempo em que escuta uma história, além de ser um formato inclusivo e acessível. “Para você ler um livro, exige-se uma atenção que o mundo de hoje não dá. É difícil, você precisa se desligar e muita gente

Alternativa: para as discussões do clube do livro, criado em conjunto com as amigas, a preferência é por obras mais baratas. “Cada vez mais, estamos abrindo para outras pessoas entrarem, porque percebemos a dificuldade que é ter um espaço para falar sobre livros”, conta Bianca.

O fechamento das lojas e as dívidas, principalmente as da Saraiva, que chegam a R\$ 675 milhões, segundo dados do processo que corre na Justiça, afetaram diretamente as editoras, por conta do modelo de negócio dessas empresas. No Brasil, as livrarias trabalham com o sistema de consignação, em que não compram os livros das editoras, mas “pegam emprestado” e expõem em suas lojas. Depois de um tempo, as livrarias prestam contas para as editoras e devolvem os exemplares que não foram vendidos.

Nesse modelo de negócio, quem mais se arrisca são as editoras, que investem alto em uma publicação, sem saber quando e quanto vão receber. É um jogo de equilíbrio complicado, pois as editoras poderiam vender seus produtos em um site próprio e com um preço mais acessível ao leitor, mas precisam da exposição de seus lançamentos proporcionada pelas grandes redes, que extrapola as barreiras virtuais e chega a todos os tipos de público.

O mercado editorial também sofreu com queda na venda de livros nos últimos anos. Analisando a lista dos dez livros mais vendidos de cada ano, no período de 2014 a 2018, percebe-se uma redução de 36,8% no número de unidades comercializadas, de acordo com dados do Publish News. Em 2014, o livro mais vendido foi *Nada a perder 3*, de Edir Macedo, com 870.094 exemplares, enquanto em 2018 foi *A sutil arte de ligar o f*da-se*, de Mark Manson, com 439.251 unidades, ou seja, quase a metade. Essa queda nas vendas, aliada à crise da Saraiva e da Cultura, desencadeou uma revisão, e consequente diminuição, dos lançamentos anuais, além de uma série de cortes de profissionais do editorial e do comercial, como aponta Sandra Espiloto, profissional do livro que hoje atua no mercado de livros digitais e foi gerente geral da área de Publicações da Editora Globo por 30 anos. “Foi um dos maiores baques

não tem tempo para isso”, pontua Ana. A Ubook é uma das empresas que apostam nesse serviço. O usuário faz uma assinatura mensal e tem acesso a todo o catálogo, incluindo livros, revistas, *podcasts*, jornais, palestras e entrevistas. A narração é feita por atores, locutores e até mesmo pelos próprios autores.

Neste momento de incertezas, as editoras se esforçam para não esquecer do objetivo mais importante: criar novos leitores. Pensam em formas de chegar, abordar e se conectar com esse público, através de redes sociais, feiras, clubes de livro, produzindo edições especiais e investindo no meio digital. A editora DarkSide foi criada em 2013, inicialmente com foco nos gêneros terror, suspense e fantasia. Uma característica forte da marca é pensar em todos os elementos gráficos do livro, desde capa, marcador de página, ilustrações e brindes, para garantir uma experiência literária diferente. O catálogo segue uma identidade visual particular; quando o leitor vê um livro da editora, já identifica na hora que é DarkSide.

Não basta apenas produzir e vender livros para conquistar leitores. “Enquanto algumas editoras se agarram em salvar o modelo tradicional, outras timidamente abrem novos canais de contato, esticando os músculos para entender como falar direto com o leitor”, constata Daniel Lameira, editor da Aleph e fundador da Antofágica, que lança seu primeiro livro no mês de maio. A editora surgiu com a proposta de aproximar o público de clássicos da literatura, reeditando esses livros com novos projetos gráficos, apresentações escritas por criadores de conteúdo do YouTube e textos de profissionais e acadêmicos relacionados à obra. A Antofágica também busca atrair a atenção dos leitores com a produção de conteúdo original, como vídeos, resenhas e *newsletters*.

Experiências inovadoras

Para fazer a divulgação de lançamentos, muitas editoras formam parcerias com *booktubers*, pessoas que falam sobre livros em vídeos no YouTube. Eles criam conteúdos relacionados aos livros e geram engajamento em suas redes sociais, o que para as editoras funciona como publicidade para atingir o público-alvo da publicação. “São pessoas comuns, das mais diferentes áreas, dividindo suas opiniões de leitura e criando uma relação de confiança com quem os acompanha. O conteúdo por eles criado é repleto de opiniões pessoais, empolgação, interpretações diferentes do que está lá acontecendo e troca com o leitor”, explica Daniel, no artigo *Livros e YouTube*, publicado no Medium. A maior *booktuber* do Brasil, Bel Rodrigues, tem mais de 600 mil inscritos em seu canal, que fala principalmente sobre suspense, terror e criminologia. Recentemente, a DarkSide patrocinou um vídeo em que Bel fala sobre lançamentos de livros de crimes reais no Brasil, incluindo a nova aposta da editora.

Os *booktubers* começaram seus canais porque sentiam falta de um espaço para comentar sobre suas leituras. Entretanto, o YouTube ainda é uma plataforma unila-

teral, em que uma pessoa fala para outras pessoas e não diretamente com elas. “Nós acabamos escutando outras pessoas falarem sobre livros hoje na Internet, mas isso ainda parece muito distante, falta um lugar onde possamos discutir esse gosto pela literatura”, conta a estudante de Jornalismo Bianca Jung. A solução encontrada por ela e pelas amigas para realizar esse desejo foi criar um clube do livro. Mensalmente, elas escolhem uma obra pelo grupo do WhatsApp e se reúnem em um café para conversar sobre sua impressão. “É muito interessante como os livros conseguem causar várias sensações e emoções, conseguimos juntas vivenciar a mesma experiência através da leitura”, finaliza.

Promover uma experiência que vai além das páginas também é o objetivo do Turista Literário, um clube de assinaturas de livros criado em 2016 que, todo mês, entrega aos assinantes uma caixa contendo um lançamento de livro da categoria “jovem adulto”. A ideia do Turista é fazer o leitor embarcar em uma viagem ao universo do livro, utilizando itens especiais para estimular os sentidos, incluindo um *souvenir* da viagem.

Editoras devem se reinventar e procurar novas formas e formatos para atrair leitores

“Acredito que existe tanto a busca da curadoria, que vai entregar um bom livro e recursos para o assinante expandir a leitura; como a questão da surpresa. Um presente pra si todo mês. Além de ser mais uma forma de se conhecer gêneros ou autores que a pessoa talvez nunca escolhesse sozinha”, afirma Mayra Sigwalt, co-fundadora e curadora do clube.

Assim como o Turista, existem diversas caixas literárias com diferentes propostas. A TAG Livros, fundada em 2013 por três ex-estudantes de Administração, apresenta aos assinantes duas opções: TAG Curadoria, com livros indicados por grandes nomes da literatura, e TAG Inéditos, com *best-sellers* internacionais ainda não lançados no Brasil. Algumas editoras estão investindo no mercado de caixas literárias, como a Intrínseca. O clube Intrínsecos traz uma edição exclusiva em capa dura dos próximos lançamentos da marca, que só chegarão às livrarias 45 dias ou mais depois do envio da caixa para os assinantes.

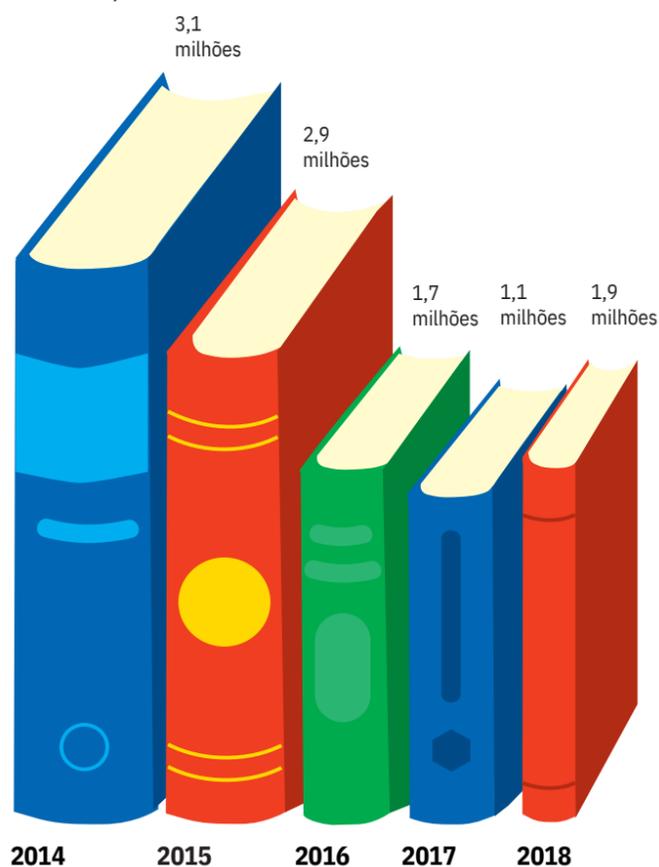
Com a crise do mercado editorial e a queda no número de lançamentos, ficou ainda mais difícil para um autor iniciante mostrar seu trabalho. É na internet que novos escritores estão encontrando espaço para publicar suas histórias, em plataformas de publicação independente, como o Wattpad e o serviço de autopublicação da Amazon. No primeiro, os au-

tores disponibilizam contos, romances, poemas, *fanfics*, entre outros, de forma totalmente gratuita para os mais de 70 milhões de usuários do site; já no segundo, os autores não pagam para publicar, mas as obras são vendidas no aplicativo e nos aparelhos Kindle e 30% do valor total das vendas vai para a empresa. A paulista Ray Tavares é uma autora que ganhou notoriedade no Wattpad com *Os 12 signos de Valentina*. O livro teve mais de 2,5 milhões de leituras e chamou a atenção da Galera Record, que comprou os direitos da obra e a transformou em uma edição física. Em 2019, mais uma história de Ray vai virar livro e teve os direitos de adaptação adquiridos pela Paris Filmes.

Com a ajuda financeira dos próprios leitores, escritores estão encontrando formas de publicar livros em edição física sem necessariamente precisar de uma empresa por trás do processo. Phellip Willian e Melissa Garabeli foram procurados por editoras para lançar a história em quadrinhos *Saudade*, mas as propostas recebidas não eram interessantes para eles. Em 2017, os autores optaram por um financiamento coletivo, através do Catarse, em que leitores interessados puderam contribuir para viabilizar a publicação. A ideia deu certo: com a ajuda de 852 apoiadores, *Saudade* arrecadou mais de R\$ 42 mil, superando a meta inicial, de R\$ 20 mil, em 210%. “Os maiores desafios são a divulgação e a venda. O autor tem um esforço grande de criar, desenvolver, imprimir, divulgar, vender, enviar. Ele faz todo o processo do mercado editorial sozinho”, analisa Phellip. O Catarse funciona como uma espécie de pré-venda, um lugar onde leitores entram em contato com novas histórias e podem ajudar a torná-las realidade. **Z**

Vendas caíram 37% entre 2014 e 2018

Em um período de cinco anos, o número de exemplares vendidos caiu 37%. O dado se refere aos 10 livros mais comercializados de cada ano, de acordo com o Publish News.

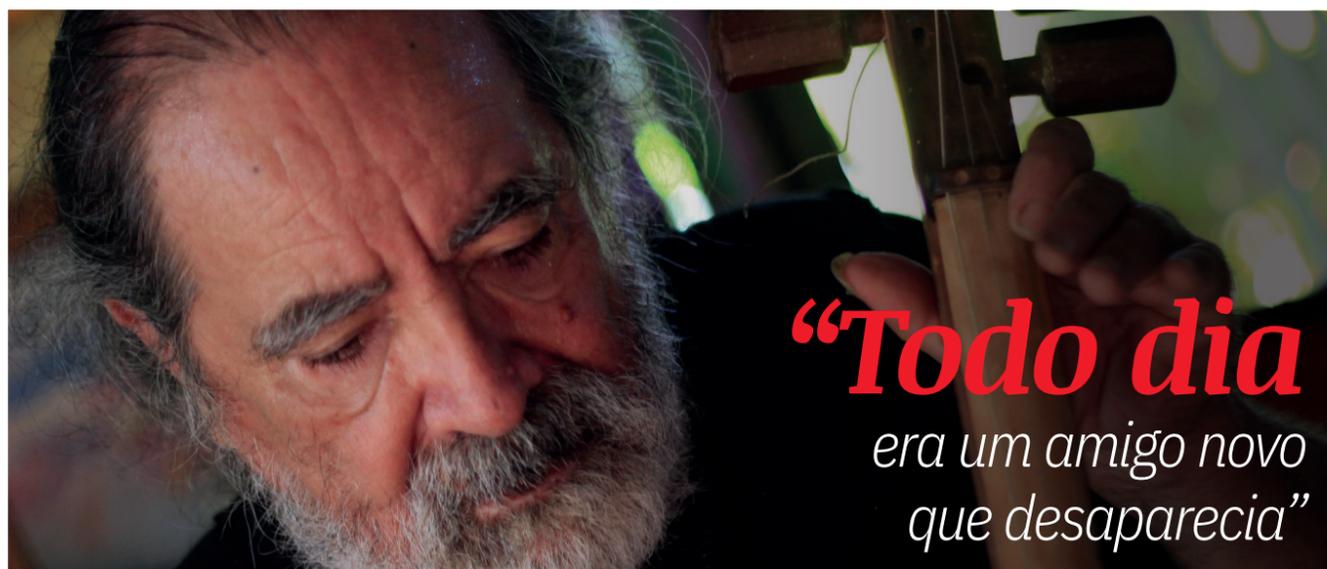


FONTE: PUBLISH NEWS, 2019

Artista chileno escolheu viver seu exílio na Ilha

Artista fugiu da ditadura chilena, ganhou os palcos da MPB e hoje vive a solidão em Florianópolis

Na capital catarinense, as noites de são cada vez mais movimentadas. Bares e clubes lotam a cidade multicultural e urbanizada, ofuscando o boi de mamão, as festas tradicionais e até as bruxas. Apesar desse crescimento, ainda é possível encontrar seres encantados talhados em madeira, moldados em barro ou pintados na pele. Assim é a casa de Polo Cabrera, no Porto da Lagoa em Florianópolis.



“Todo dia era um amigo novo que desaparecia”

Leopoldo Augusto Cabrera Zuñiga, mais conhecido como Polo, é compositor, multi-instrumentista, escultor, contador de histórias, pintor, ilustrador, artesão, escritor e um inventor de modo geral. Mede entre 1,50m e 1,65 de altura, tem 74 anos, andar torto e um riso divertido. Mas não se engane pelo seu jeitinho brejeiro, sua história envolve tanto parcerias de sucesso com Ney Matogrosso, Milton Nascimento e Mercedes Sosa, quanto traumas com a ditadura militar chilena.

Ele nasceu no Chile, na capital Santiago, mas vive em Florianópolis “há mais de 30 anos”. Sua casa é como uma oficina de bruxas; da rua é possível ouvir os sinos pendurados como um grande móbile; muitos rostos e totens nas paredes; instrumentos inventados ou pré-existentes por toda a casa; cheiro de incenso; além de esculturas e quadros surreais, que remetem ao folclore latino.

Polo se interessou pela música influenciado por sua mãe quando criança. “Aprendi desde pequeno a fazer a harmonia das vozes. Minha mãe fazia uma primeira voz, outro irmão fazia a segunda, eu aprendi a fazer a terceira. E tudo assim [estala o dedo]. Cantava e já [fazíamos]”, conta em entrevista que deu para a banda de Florianópolis Novo Código Genético, em 2017. Hoje ele é um tipo de maestro intuitivo. Todos os sábados à noite, em festas chamadas ‘Tocatas’, junta desde músicos profissionais a amadores em harmonias simples, coletivas e 100% improvisadas. Uma das coisas que Polo aprendeu durante suas viagens foi a capacidade de improvisar com qualquer instrumento, mas ele não comenta como conseguiu os poderes de fazer pessoas que nunca experimentaram um instrumento tocarem coletivamente já na primeira Tocata.

Apesar de tocar desde criança, o mergulho na música para Polo se deu aos 28 anos, em 11 de setembro de 1973, com o golpe militar chileno. Na época, era jornalista no *La Nación*, jornal oficial do presidente Salvador Allende. Um de seus colegas de trabalho era Victor Jara, ativista político e artista de renome no Chile.

Em entrevista para o *Zero*, Polo conta sobre o dia do bombardeio no Palácio de la Moneda. “Eu trabalhava ali, só que o golpe militar foi mais cedo, eu ainda não estava no jornal. Eu entrava às 14h e o golpe militar foi de manhã cedo. 7h...8h da manhã. Os aviões soltando foguetes no Palácio de la Moneda. Estava apaixonado [por uma menina que] morava perto da Cordilheira e

de lá via os aviões passando bzzz... E no rádio dizia que havia tido um golpe militar.”

Em 16 de setembro, cinco dias após o golpe, Victor Jara, artista e companheiro de Polo no *La Nación* foi preso, torturado, fuzilado e jogado em uma favela da capital Santiago. A sua morte é até hoje uma das mais emblemáticas para os chilenos, assim como a de Vladimir Herzog na ditadura militar brasileira. Cerca de um ano depois, Polo foi preso por “conspirar contra o regime”, ou seja, reunir-se com amigos.

Pesadelos e ameaças

Companheiros torturados e tortura psicológica deixaram marcas na vida de Polo até hoje. “E agora, quando apareceu aquele ‘Bolsonazi’, me apareceram sonhos e recordações de todas essas coisas terríveis. E realmente para mim tá uma coisa muito desconfortável ver esses caras no poder.” Na época do golpe no Chile, mesmo depois de sair da prisão, Polo recebia cartas ameaçando sua família, e então não viu outra opção senão deixar seu país. “Eu fiquei em um estado muito mal, né, todo mundo que passa por isso fica... mas aí comecei a tocar com os meninos do Grupo Água e essa foi a minha terapia. Foi isso que me salvou.”

O grupo composto por Oscar Ratón Pérez, Nano Stiven, Nelson Araya e Polo Cabrera partiu do Chile em 1975. O principal motivo era fugir do regime: “todo dia era um amigo novo que desaparecia, um terror!”, relata Polo. Subiram a cordilheira em direção à Bolívia onde pousaram por um ano, ou melhor, voaram por um ano. “Viajamos a Bolívia inteira. A selva, Potosí... Tocamos nas faculdades...”

A viagem seguiu para o Peru e o Equador, onde experimentaram a Ayahuasca com um xamã, e essa não seria a última vez. Anos depois, Polo se uniria ao ex-guerrilheiro Alex Polari como primeiro violero do padrinho da igreja do Santo Daime. No entanto, isso já aconteceria depois dos anos de sucesso musical no Brasil.

Em 1977, no *Jornal de Música*, Milton Nascimento falava sobre o seu álbum *Geraes* recém-lançado no Brasil. “Isso (nunca ter se animado a gravar com músicos latinos) foi até conhecer o [Grupo] Água e descobrir que nós temos muito em comum, inclusive o famoso pé na estrada.”

O andar do Grupo Água chegou ao Brasil através da cidade boliviana Santa Cruz de La Sierra. Lá conheceram o músico hoje famoso, mas na época desconhecido, Almir Sater,

que os convidou para conhecer o seu apartamento no Rio de Janeiro. Em um show que deram na PUC Rio, as flautas, vozes e a tradição andina que corria nas veias dos integrantes encantaram Milton Nascimento que se encontrava na plateia. E ele se encantou tanto com o que viu e ouviu, que os chamou para participar do álbum *Geraes*.

Este foi o estopim para que acontecessem convites para o *Água*. A lista inclui nomes como Ney Matogrosso no álbum *Seu Tipo*, Moraes Moreira em *Bazar Brasileiro*, Jair Rodrigues, Flávio Venturini, entre outros. “Rodamos o nordeste inteiro, tocamos em Campina Grande, conhecemos todos os baianos: o Caetano, o Moraes, o Smetak, o luthier famoso. Estivemos com Elomar, ficamos na fazenda, por uns dias, uma volta enorme. Não dá nem pra resumir.”

A volta para o Chile no início dos anos 80 dissolveu o *Água*. O grupo, que fugiu dos horrores da ditadura, começou a receber convites para tocar com bandas de apoio ao regime de Pinochet. Nenhum dinheiro conseguia fazer Polo ignorar os dias na prisão e a perseguição. Então, ele e outro integrante, Nelson Araya, voltaram ao Brasil.

Desde então as visitas ao país foram poucas. A última se deve a uma carta do governo chileno em 2014, que ainda procura os responsáveis pela morte de um dos colegas de cela de Polo. Ele tem certeza que ter partido em 1975 é o motivo de hoje ser um dos 200 mil exilados, em vez de um dos 3 mil mortos e desaparecidos.

Em sua casa, ele conta tudo com calma e bom humor. Rindo comenta sobre as gafes do atual presidente brasileiro em Israel. Mas fica sério quando fala da solidão, principalmente de seus pesadelos e temores. No entanto, diz que tem descoberto uma nova força dentro de si com todo esse tempo sozinho. Suas principais companhias são dois cachorros vira-latas, que em sincronia engraçada cantam juntos de seu dono.

Tem se virado com pouco, a sua principal renda é uma espécie de aulas que dá para seu novo grupo musical Los Colibris. Nele compõe músicas novas, sobre histórias novas, e também relembra músicas do *Água* e de épocas até mais antigas.

As velhas histórias de Polo se misturam com um presente reflexivo. Nas colunas de sua casa, ainda há lembranças dos rostos modelados à mão, construídos de forma coletiva. Ali, em seus 74 anos, Polo prova que a arte não é apenas uma forma de expressão, mas também carrega muita história e resistência. **Z**

Para mulheres é mais difícil emigrar

Estruturas de acolhimento são insuficientes em Santa Catarina, que recebe imigrantes e refugiados de diversos países

Cuidar de mim é cuidar do outro, e cuidar do outro é cuidar de mim”. Para a venezuelana Merlina Saudade, essa frase resume o que ela acredita ser a melhor forma de lutar pelo bem de seus filhos longe de seu país: protegendo as outras mães. “Se a gente abandona uma mãe, o filho dessa mãe pode vir a ser o criminoso que faz mal para o meu filho. Mas, se eu cuido dela, eu cuido do meu filho também”, explica.



É por essa razão que, desde que veio para o Brasil, há três anos, Merlina se dedica a articular políticas públicas que contemplem principalmente as mães imigrantes. Ela decidiu sair da Venezuela e vir para o Brasil após sofrer uma hemorragia no parto do seu segundo filho. Saiu do hospital com um pedaço do seu útero em um potinho, retirado por falta de alternativa - os remédios necessários para segurar a gravidez e evitar infecções estavam em falta na Venezuela.

Desde 2014, mas principalmente em 2018, a crise socioeconômica e política na Venezuela acentuou a emigração em busca de melhores condições de vida. Muitas mulheres viajam grávidas, ou com filhos pequenos, em busca de mais segurança para o parto ou acesso a medicamentos.

Merlina conta que, ao chegar em Florianópolis, encontrou dificuldades para alugar um local que aceitasse seus filhos. “Quando você tem criança, não pode ser tirado rápido, precisa de tempo, e eles assumem isso como uma perda”, lamenta, referindo-se à prática dos proprietários de imóveis locais de pedir a saída de inquilinos no final do ano, de olho nos aluguéis de temporada - bem mais vantajosos.

Entre a moradia e o emprego, muitos imigrantes que viajam com a família se deparam com outro entrave: não têm com quem contar para ajudar a cuidar das crianças. No caso das creches, muitas famílias não conseguem reunir os documentos necessários para a matrícula. Além disso, as vagas são abertas uma vez por ano, e, quando os imigrantes chegam, já perderam a data.

A síria Ghofran Daher, 31 anos, veio para o Brasil há três anos, após a vinda do marido. Com duas filhas - de 6 e 8 anos - e sem a família por perto para cuidar das crianças quando elas não estão na escola, Ghofran sai pouco de casa. Ela e o marido trabalham fazendo comida árabe sob encomenda ou para eventos. Ghofran era designer de moda na Síria, e gostaria de voltar a trabalhar na área - mas, além de ter que cuidar das crianças, precisa lidar com a burocracia para a revalidação do diploma do ensino superior e a dificuldade com a língua. Ela já frequentou as aulas gratuitas de português oferecidas no centro de Florianópolis, mas sente falta de aulas direcionadas ao mercado de trabalho.

Ingrid Villanueva era professora de ensino fundamental na Venezuela. Há cinco meses no Brasil, não tem nem esperanças

de conseguir revalidar seu diploma para continuar atuando na área em que trabalhava há anos. Por enquanto, ela vende peças de crochê que confecciona na feira de imigrantes que ocorre toda sexta-feira no centro da Capital

Longe de casa, sem ter com quem deixar os filhos, e precisando trabalhar para pagar o aluguel, as famílias se veem em um beco sem saída. Na maior parte dos casos, é natural que a mulher deva ficar em casa cuidando das crianças.

Nas situações de deslocamento forçado, as mulheres se encontram em uma situação de dupla vulnerabilidade: elas já partem de uma estrutura social machista no país de origem, e no Brasil continuam sem chances de poder se desvencilhar dessa estrutura.

A advogada e mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Thais Silveira Pertille, explica que isso acontece principalmente quando a vivência dessas mulheres, no país de origem, estava baseado no lar. “Dessa forma, quando elas são obrigadas a se deslocar, elas deixam toda a vivência delas para trás, e vão para um lugar em que não vão mais encontrar o mesmo formato de vida”. A situação é diferente para os homens, pois para eles o ambiente público é permitido: “O marido refaz a dignidade dele porque vai para o trabalho, mas a mulher perde a dignidade dela”, afirma Thais.

Falta de planejamento

O problema da falta de acolhimento dos imigrantes e refugiados, principalmente mulheres e crianças, traduz em parte a falta de planejamento do Estado para acolher essas pessoas. Com a política de interiorização implementada pelo governo federal em 2018 para dispersar pelo país o contingente de venezuelanos que estavam em Roraima, cerca de 300 deles vieram para a Grande Florianópolis, em novembro. Outros, ainda, foram recebidos por famílias evangélicas e pela entidade católica Cáritas.

O que não é contabilizado, no entanto, é a história de cada imigrante no país de origem. “Se tu traz um venezuelano pra cá, vão ter outros que vêm em seguida: familiares, amigos, e assim vai”, observa Merlina. Ela defende que é preciso levar isso em conta na hora de articular políticas públicas efetivas, que contemplem as necessidades dessas pessoas.

O Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes e Refugiados (CRAI) mantém a mesma estrutura de fevereiro de 2018, apesar de estar recebendo o triplo de imigrantes. Da média de 308 por mês na época, hoje o CRAI faz aproximadamente 1.400 atendimentos mensais.

Em um ano de funcionamento, o CRAI recebeu 5.647 pessoas, de 58 nacionalidades. Dessas, a maior parte são haitianos (73%), seguidos por venezuelanos, sendo que o número de atendidos aumentou muito rapidamente em um ano: em fevereiro de 2018, eram de dois a três por mês - agora, são aproximadamente 130 que chegam a cada mês.

Em setembro deste ano, o contrato do CRAI com o governo estadual termina. E, segundo o coordenador, Luciano Leite, há o risco de ele não ser renovado. A gestão atual do governo está estudando a possibilidade de realizar, no segundo semestre de 2019, uma capacitação dos assistentes sociais dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de Florianópolis, para que eles possam acolher diretamente os imigrantes, sem encaminhamento. Mas, segundo Luciano, a mudança não resolverá as demandas que chegam: apenas 20% dos atendimentos realizados no CRAI são relacionados ao acolhimento psicológico e o restante é para resolver questões documentais e a inserção no mercado de trabalho.

As dificuldades e o despreparo do estado para receber imigrantes se refletem também nas escolas públicas. Em 2016, a professora de história Maria Alice Rosa de Moraes e a professora de português Edi Fatima, da Escola de Educação Básica Lauro Müller, perceberam a necessidade de criar uma dinâmica diferenciada para alunos imigrantes - principalmente sírios e haitianos. Foi assim que nasceu o Projeto Sementes. Elas desenvolvem atividades para ajudá-los com a língua e a socialização. “Não compreendendo a língua, as crianças ficam caladas em sala de aula, não participam de nada e querem ir embora”, explica.

Mas a professora Maria Clara lamenta que não exista, por parte da grande maioria das escolas, estruturas para pensar o acolhimento desses alunos. “O que eu vejo são as crianças sendo matriculadas nas escolas e sendo colocadas em sala de aula, e às vezes os professores nem sabem que eles têm alunos que vieram de regiões de conflito.” **Z**

Trabalho:

Ingrid Villanueva era professora de ensino fundamental na Venezuela. No Brasil há cinco meses, conta com a venda de peças de crochê que ela mesma faz para garantir sua renda.

Quilombolas vivem há 40 anos expulsos de suas terras na Capital

Todo dia é a mesma coisa: sem as pílulas, o sono não vem. Deitada sozinha na cama de casal, Dona Jucélia, aos 61 anos, continua a imaginar sua tataravó amarrada no tronco durante a escravidão. Ela já perdeu a esperança de conseguir viver nas terras que um dia pertenceram à sua família. Enquanto pensa no destino de sua comunidade, observa a insistente goteira pingando no lençol: vem do encanamento do andar de cima, que fica à mostra, sinal de que seu filho acabou de tomar banho. A construção improvisada é uma das casas empilhadas à margem da rodovia que liga a Barra da Lagoa ao Rio Vermelho, no norte de Florianópolis.

Jucélia Beatriz Vidal é moradora do quilombo Vidal Martins, que carrega o nome de seu bisavô. Ela vive num terreno de 400 m² junto a outras 15 famílias desde que os quilombolas foram expulsos de seu antigo território para a criação do Parque Estadual do Rio Vermelho, na década de 1960.

Avó de sete netos, Dona Jucélia gosta de cozinhar para as crianças. “Elas chegam da escola com fome, eu boto o prato pra um que vai sentar na cama, boto o prato pra outro que vai sentar do outro lado, cada uma vai comer em um canto porque não cabe”, lamenta. A casa de um só cômodo e a mesinha de pernas bambas a impedem de realizar seu sonho: ter um banquete em família. Ela sente vergonha do próprio lar. “Assim que chega gente, eu pulo pra rua, não recebo ninguém na minha casa.”

Aos domingos, seu divertimento é fazer renda. Ela não tem amigos pelo bairro. Durante a juventude até tentava ir aos bailes, mas só podia ficar olhando do lado de fora. A festa era reservada para os brancos. “Não tem nada de bom na minha vida. Se isso é pecado, Deus que me perdoe”, diz com lágrima nos olhos.

Não é de hoje que os Vidal Martins carregam tristeza no olhar. Essa história começa com o tráfico de escravos na Ilha de Santa Catarina em meados do século XVIII. A tataravó de Dona Jucélia, conhecida como Joanna crioula, nasceu em 1830 e adotou os sobrenomes “Martins” e “Oliveira” de seus proprietários. Aos 20 anos, a escrava casou com Manoel do Espírito Santo, mas só foi libertada após a morte do último dono, Padre Pulcheria Oliveira, em 1867.

Nas terras de Joanna, ali entre lagoa, rio e mar, viveram seus descendentes. Até que, nos anos 60, um homem bem apessoado chegou na região, à serviço da Secretaria de Agricultura do Estado, convencendo toda a gente de que era preciso conter o avanço das dunas da Praia Grande, atual Moçambique. Era Henrique Berenhauer, idealizador e responsável pela implantação de uma Estação Florestal.

Berenhauer, conforme conta seu Seu Odílio, irmão de Jucélia, dizia que a restin-ga daquelas terras não conseguiria segurar a areia contra os ventos e aos poucos



“Não tem nada de bom na minha vida. Se isso é pecado, Deus que me perdoe”

tomaria conta das plantações, casas e da própria Lagoa da Conceição. Para conter as dunas, era preciso transformar toda a paisagem. A área funcionaria como um grande laboratório a céu aberto para testar qual vegetação se adaptaria melhor à orla marítima do estado.

Em 12 anos, foram plantados 700 hectares de pinus e eucaliptos, inclusive nas terras onde vivia a família Vidal Martins. Para dar conta do serviço e sem grandes custos, o Estado mobilizou uma equipe de detentos da extinta Colônia Penal de Canasvieiras. Além deles, quem também trabalhou, mas como empregado, foi o jovem quilombola Odílio Isidro Vidal, morador do local, que com o tempo ficaria conhecido por Seu Odílio.

As mãos calejadas e os passos lentos de quem se aposentou por invalidez revelam uma trajetória sofrida. O senhor magro de 65 anos, de barba e cabelo grisalho, conta que trabalhou por anos ao lado dos presos. Ninguém sabia direito a história de cada um, mas imaginava-se muito.

Naquela época, o povoado mais próximo de onde morava a família Vidal era a freguesia do Rio Vermelho, a aproximadamente quatro quilômetros. Isidro Boaventura Vidal e Beatriz Geraldina Vidal foram pais de 11 filhos, incluindo Odílio e Jucélia. As mulheres da casa ficavam sozinhas quando Isidro e Odílio saíam para trabalhar com Berenhauer e, por conta de rumores e preconceitos ditos sobre os presos, sentiam-se desprotegidas.

Pouco tempo depois, a família Vidal Martins deixaria as terras herdadas da tataravó, a escrava liberta Joanna. O motivo foi a apropriação progressiva da área pelo Estado, numa série de eventos que ainda estão sendo investigados.

A instalação do Parque Estadual do Rio Vermelho e as ações do Instituto da Reforma Agrária de Santa Catarina (Irasc), extinto em 1977, estão entre os fatos que levaram à retirada dos quilombolas dali. O Irasc foi um órgão criado pelo governador Celso Ramos com o objetivo de identificar e distribuir terras devolutas no estado. Naquela época, os interesses fundiários já sinalizavam o potencial de exploração imobiliária naquela região.

Atualmente, por suspeita de fraude nas concessões, o Ministério Público Federal investiga os títulos de terra emitidos na época. Os documentos anexados ao processo evidenciam que nos 15 anos de atuação o programa aumentou o patrimônio de pessoas ligadas à especulação imobiliária. Entre os 980 lotes distribuídos pelo Irasc em Florianópolis estavam terrenos onde antigamente viviam os quilombolas.

O destino da comunidade foi o pequeno terreno onde vivem até hoje, passados 40 anos. O novo lote não veio por indenização, mas pelo suor de seu Isidro, o pai de família que precisava se afastar por seis meses, para trabalhar com pesca no Rio Grande do Sul. A morte chegou antes que ele conseguisse parar com os deslocamentos a trabalho e fosse morar lá com a mulher e os filhos.

Ali no número 9.543 à beira da rodovia João Gualberto Soares, seus filhos acabaram crescendo e construindo suas próprias famílias. Seu Odílio e Dona Jucélia tomaram para si a responsabilidade de transmitir as memórias e as lembranças dos quilombolas a seus descendentes. No dia a dia, Helena Jucélia Vidal de Oliveira e Shirlen Vidal de Oliveira costumam vestir os trajes típicos da cultura afro-brasileira. Filhas de Dona Jucélia, as duas se reconheceram enquanto quilombolas e decidiram também exigir seus direitos. A expulsão dos Vidal Martins das terras que eram de seus antepassados precisaria ser reparada.

Acima: quando criança, Dona Jucélia conta que fazia bonecas com folhas de bananeira como as que aparecem na foto. Nunca teve luxo, mas usava a imaginação para aproveitar a infância.

Os remanescentes do único quilombo registrado em Florianópolis lutam pela reconquista de seu território, mas esperam há cinco anos pela conclusão de uma entre as várias etapas da regulamentação fundiária

Espera sem fim

Helena e Shirlen cresceram sentindo na pele que a situação dos quilombolas estava permeada de injustiças e desmandos, então decidiram pesquisar mais a fundo a sua própria história. Depois de rodar por cartórios, bibliotecas, universidades, Ministério Público e Câmara Municipal, encarando espera e burocracia, o trabalho das irmãs finalmente rendeu frutos para a luta da família. O quilombo Vidal Martins recebeu certificação da Fundação Palmares em outubro de 2013 e, logo em seguida, deu-se início a um processo de regularização de território junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Naquele momento, surgiu a esperança de reparar a injustiça histórica e reconquistar o território da comunidade.

Em novembro de 2014, um ano depois da certificação do quilombo, um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o Incra e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi firmado para a realização de estudos históricos, ambientais, socioeconômicos e culturais da comunidade Vidal Martins. É com base nesses estudos que o Incra publica o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), primeiro passo no trâmite da regularização fundiária.

Ficou estipulado um prazo inicial de dois anos para a conclusão dos trabalhos da parceria Incra e UFSC. No entanto, o laudo entregue pela universidade em 2016 foi considerado incompleto pelo Incra, que apontou 27 questionamentos sobre o estudo. Além das divergências metodológicas no trabalho técnico-antropológico, o relatório não foi finalizado em função de impasses envolvendo a interpretação de competências para o registro topográfico.

“O Incra aponta que caberia à equipe da UFSC fazer o mapa do território a ser titulado. Nós descrevemos no relatório qual é a área que está sendo solicitada pela comunidade, que apresentamos a partir de duas perspectivas: a área pesquisada e a área solicitada. Mas isso não é suficiente. Acreditamos que só teria sido possível chegar ao mapa final do território mediante alcançadas as condições prévias de esclarecimento das questões apontadas na primeira versão do Relatório e que o Incra sequer considerou que seria seu papel enfrentar”, argumenta Ilka Boaventura Leite, professora do Departamento de Antropologia da UFSC e uma das responsáveis pelo relatório.

Segundo ela, o trabalho realizado pela equipe da universidade identificou situações de regularização de terras públicas, envolvendo inclusive o antigo Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina (Irasc), títulos ilegais, negociatas com autoridades públicas, entre outros. Ela afirma ainda que “para elucidar esses aspectos é necessário o estudo das cadeias dominiais, tarefa de responsabilidade do órgão fundiário, não da univer-

sidade”. Esse trabalho específico consiste em levantar a relação dos proprietários de determinado imóvel rural, desde a titulação original pelo Poder Público até o último dono (atual proprietário), para evitar que o Incra indenize uma eventual desapropriação a quem não é efetivamente dono da área.

Por sua vez, o instituto afirma que “acerca da elaboração do relatório antropológico da comunidade remanescente de quilombo Vidal Martins, o Incra/SC reitera que trabalha para cumprir o acordo judicial já homologado, a fim de complementar o material elaborado pela universidade e concluir o trabalho em prazo determinado judicialmente”. Para isso, também já conta com apoio de técnico indicado pela universidade para a elaboração dos mapas.

A Defensoria Pública da União abriu uma reclamação pré-processual contra o Incra pela demora na conclusão do relatório Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). No dia 25 de março deste ano, uma reunião de conciliação foi realizada na Justiça Federal com a presença da comunidade para resolver os problemas do atraso. O novo prazo estabelecido para a conclusão do relatório pelo Incra, e não mais pela UFSC, ficou para 30 de agosto de 2019. “A comunidade tá cansada, não aguenta mais esperar”, reclama Shirlen, que se tornou importante liderança da comunidade quilombola.

Ao longo dos cinco anos de impasses burocráticos, enquanto autoridades e técnicos discutiam sobre quem era responsável pelo quê, a vida dos quilombolas seguiu adiante. A comunidade foi crescendo e as precariedades aumentaram com o tempo. Vitória, filha de Dona Jucélia, era pré-adolescente quando os trabalhos antropológicos começaram. Durante o período de realização das pesquisas junto ao quilombo, deu tempo de cres-

Em 1810,
a Ilha de Santa
Catarina tinha
12.471 habitantes,
sendo 3.313 escravos,
ou seja 26,56%

Regularização dos territórios quilombolas em Santa Catarina

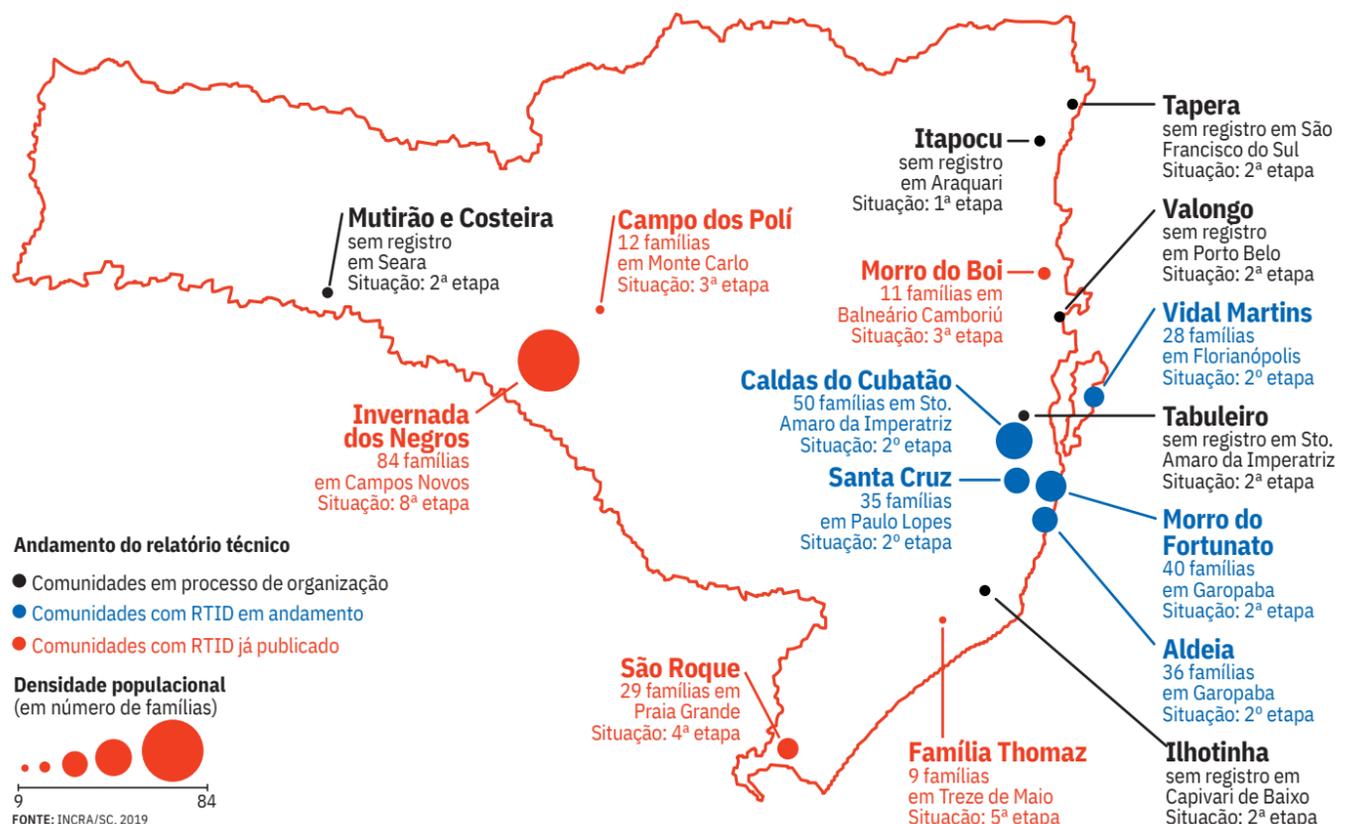
Em Santa Catarina, há 16 comunidades remanescentes de quilombolas. Só uma conseguiu a titulação das terras, ainda que parcial, depois de 15 anos de processo: a Invernada dos Negros. A comunidade de São Roque aguarda desde agosto de 2018 uma

publicação do Executivo Federal para desapropriações. Outras três estão com estudos antropológicos prontos, mas aguardam análises finais do Incra para publicação do relatório; duas tiveram problemas nos estudos antropológicos e estão estagnadas; três não têm mobilização su-

ficiente para sustentar os estudos; e três delas não têm certificado da Fundação Palmares. Algumas áreas estão sobre unidades de conservação, como Vidal Martins, Tabuleiro e São Roque. Veja os locais e o andamento dos processos de regulamentação dos quilombos catarinenses.

Etapas da regulamentação fundiária

- 1ª | Autodefinição quilombola:** emissão do Certificado de Autorreconhecimento pela Fundação Cultural Palmares.
- 2ª | Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID):** estudos cartográficos, antropológicos, históricos, socioeconômicos e identificação da área reivindicada.
- 3ª | Publicação do RTID:** divulgação para contestação, análise e registro de recursos.
- 4ª | Portaria de reconhecimento:** publicação nos Diários Oficiais da União e do Estado identificando a área e os limites territoriais.
- 5ª | Decreto de desapropriação:** declaração da área como de interesse social pela Presidência da República, autorizando a desapropriação e indenização de imóveis.
- 6ª | Retirada dos outros ocupantes:** notificação e retirada de cidadãos ou empresas que estejam no território quilombola.
- 7ª | Titulação da terra:** emissão pelo Incra do título de propriedade coletiva da terra à comunidade, que nunca poderá ser vendida.
- 8ª | Território Regulamentado:** tramitação completa, mesmo com titulação parcial.





Caminhos interrompidos: terreno em que vivem hoje 16 famílias do quilombo Vidal Martins é cortado pela Rodovia João Gualberto Soares, para chegar à Lagoa, a comunidade precisa esperar a boa vontade dos motoristas.

cer, da barriga brotar e de nascer Brayan. Ela precisava de um lar para criar o bebê. Preocupada com a situação, Shirlen decidiu ceder a própria morada para ela e alugar outra no bairro dos Ingleses.

Durante os cinco anos de espera pelo relatório, a comunidade Vidal Martins, que já tinha cinco crianças, registrou o nascimento de mais cinco. Ana Clara, Elen, Quênnia, Rafaela, Gustavo, Brayan, Guilherme, Emanuel, Marcos e Israel são as crianças que brincam pelo estreito chão batido ao lado das casas do quilombo. O contraste entre os limites impostos às crianças ali e a liberdade de correrem soltas se revela toda vez que vão ao Parque do Rio Vermelho. “Quando elas estão no parque parecem passarinhos, largou estão querendo voar”, diz Fabiana, mãe de Israel, referindo-se à alegria dos pequenos em brincar no espaço que um dia foi da comunidade e hoje é uma reivindicação.

Desde que foram expulsos, os Vidal Martins quase não frequentavam o Parque Estadual do Rio Vermelho até 2018. Atualmente, três turmas de oito alunos estudam lá dentro, na sala da educação ambiental. Os cursos fazem parte da Educação de Jovens e Adultos - EJA Quilombola, garantidos por Lei desde 2012. A estudante Shirlen explica que, para eles, estudar dentro do parque foi uma conquista depois de muita negociação com a Prefeitura de Florianópolis. “Há cinco anos a gente tava lá sem expectativa de nada, sem saber de quilombo, nem dos nossos direitos, e de repente a nossa vida faz boom!”, reflete sobre a conscientização de sua luta.

Sempre que alguém pergunta para Helena os motivos de estudar em uma sala dentro do parque, ela explica a relação direta de sua comunidade com a terra. “Para nós, estudar aqui é uma questão de reconhecimento. A gente se sente em casa, conquistamos um espaço dentro do território que é nosso. Poderíamos estar em outra escola, mas não. Estamos aqui! A escola é um começo para muitas outras conquistas”. O que os quilombolas buscam é reescrever a história de Florianópolis, incluindo-se nela.

“No sul do país, o projeto de desestruturação cultural dessas comunidades foi muito forte. Se investiu em construir uma imagem de Santa Catarina como um estado europeu”, afirma a antropóloga Raquel Mombelli. A cultura manezinha é geralmente relacionada à renda de bilro e ao boi-de-mamão, símbolos tipicamente açorianos. No entanto, em 1810 a Ilha de Santa Catarina tinha 12.471 habitantes, sendo 3.313 escravos, correspondendo a 26,56% da população, conforme Ianni e Cardoso*. Foram as mãos negras que construíram os grandes prédios do centro da capital.

Mais do que participar da construção civil, os negros tinham sua própria cultura, mesmo que muitos costumes tenham se perdido no tempo. É o caso de Dona Jucélia, que hoje não adere às religiões de matriz africana. “Nós não ‘pegamos’ isso de terreiro, porque os nossos antepassados foram escravos de padre. Eles vieram com a crença deles, mas aqui o padre tirava. Se desde pequenos nós tivéssemos sido criados assim, tenho certeza que a gente seria, mas somos evangélicos.”

A antropóloga Raquel explica que a reprodução de um só discurso dentro de uma cultura produz efeitos negativos com relação aos demais. “Se você no passado cultuasse qualquer coisa de matriz religiosa africana, como é que você seria percebido numa comunidade em meio à Lagoa da Conceição, onde o discurso do manezinho açoriano era e continua sendo hegemônico?”

Histórias de terreiro Seu Odílio não sabe, mas carrega na memória a figura do tio João Ventura, um negro contador de causos que guardava em casa mais de 50 santos de barro. Na época de menino, andavam juntos pelos caminhos da região. De repente, o tio puxava uma música gingando como na capoeira. Seu Odílio consegue até lembrar da letra: “nós somos caboclos da ‘Ruana’ ó Santo Antônio, ó meu senhor, meu salvador, Zé Carulina com leite de cipó, meu Santo Antônio”.

O que eles buscam é reescrever a história de Florianópolis, incluindo-se nela

Seu Odílio nunca entendeu o significado de Aruanda. “Eu queria era saber o que é essa tal ‘ruãna, luanda, ruanda!’”. A palavra é presente em religiões afro-brasileiras e se refere a um lugar no plano espiritual. É onde vivem as entidades superiores como o Caboclo de Aruanda da música, e os Orixás, Guias e Pretos Velhos. Um das histórias que tio Ventura contava remete à presença da capoeira nas redondezas. Se hoje em dia é preciso um curso para aprender a lutar, naquela época, bastava ir até a beira do Rio Vermelho em noite de São João. Pontualmente à meia noite, apareceria ali o melhor dos professores. “Vinha um negrinho e perguntava se o camarada queria ser ligeiro. Se aceitasse, diz que saía dali que era um relâmpago! Levava tombo, mas no dia seguinte se precisava brigava com três ou quatro”, relembra.

Na época em que a comunidade tinha terras para plantar, eles cultivavam milho, batata doce, aipim, chuchu. Não se usava dinheiro, trocar alimento no Norte da Ilha era a forma de garantir a subsistência. Mas com o passar das gerações, os costumes vão mudando. “Se disser pra minha filha ir lá no alto do Rio Vermelho trocar peixe por farinha que nem eu fazia, nem morta que ela vai fazer isso. As coisas vão evoluindo e se tu para, fica pra trás.”

O caminho que os quilombolas Vidal Martins percorriam até o alto do Rio Vermelho hoje virou rodovia, e com ela veio a urbanização. Se antes viviam praticamente isolados, agora o local onde moram foi cercado por ca-

sas. O único acesso que restou do quilombo para a Lagoa da Conceição foi um corredor estreito. Dona Jucélia lembra que inicialmente o terreno ia até a Lagoa, mas precisaram dividi-lo quando a família passava fome. Venderam o trecho à beira da Lagoa e ficaram com o outro lado da rodovia. Já que a pesca é fundamental para a comunidade, a condição foi manter este acesso entre dois terrenos fechados por muros de 3 metros de altura.

A cinco minutos de carro dali, na área antigamente conhecida como Travessão, se ergueu um muro branco quase a perder de vista. Entre os 700 metros de comprimento estão distribuídos alguns portões. “Aquilo ali tudo é tipo um condomínio, é tudo lote. Ali é difícil encontrar os nativos, todos venderam e ficaram só na beiradinha do asfalto”, lembra Seu Odílio. O terreno ainda está vazio, mas não por muito tempo. O metro quadrado no bairro vizinho, o já valorizado Ingleses, custa quase quatro mil reais, sendo o 16º bairro mais caro da cidade, segundo levantamento da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina (Fecomércio).

O quilombo Vidal Martins dá mesmo a impressão de ter parado no tempo se comparado com as construções supervalorizadas que o rodeiam. A morada de Dona Jucélia continua com os mesmos problemas de infiltração e falta de saneamento. Os casebres crescem verticalmente. Ao lado, mansões fechadas por muros altos continuam chegando no bairro e a especulação imobiliária está cada vez mais próxima dos Vidal Martins. Enquanto o tempo passa, a luta da comunidade persiste. Parece estar cada vez mais difícil. **Z**

Futuro incerto

Em situações similares à família Vidal Martins, outras 1.715 comunidades quilombolas brasileiras estão esperando por suas terras. Porém, desde o início do ano, o governo federal não avançou na titulação dos territórios. “O que eles nos alegam é que estariam analisando novamente todos os processos, uma coisa que nos choca muito. Isso é totalmente ilegal, completamente fora do que determina a Constituição”, aponta a procuradora Analúcia Hartmann.

Por aqui o MPF/SC entrou com ação judicial para obrigar o Incra a seguir com os processos de regularização fundiária. Existe ação civil pública em defesa das comunidades quilombolas de Florianópolis, Paulo Lopes e Santo Amaro de Imperatriz, as três estão com processo parado na confecção do RTID. Em sua defesa, o Superintendente do Incra em Santa Catarina, Nilton Tadeu Garcia, aponta a falta de mão de obra como uma das dificuldades do trabalho. Cinco pessoas do setor responsável pela confecção dos relatórios quilombolas se aposentaram recentemente e não há previsão de concurso público para substituir esses funcionários. Todo o trabalho do setor é feito atualmente por Marcelo Spaolunse, único antropólogo do Incra/SC.

O investimento para as ações do órgão vem diminuindo. A dotação orçamentária específica para a realização dos trabalhos de titulação teve início em 2010, com um total de R\$ 6,2 milhões. Em 2017, o valor reduziu 78%, ficando em R\$ 1,3 milhão. Com o novo governo ainda não há definições. A administração empossada pelo presidente da República promete uma reestruturação do Incra até o 2º semestre de 2019. Enquanto isso, não se fala de orçamento. “A gente liga para Brasília e a informação que temos é que tem um grupo de trabalho que está escrevendo o novo regimento do Incra, uma nova estrutura”, afirma Nilton.

O presidente do Incra, o general Jesus Correa, mandou um memorando que diminuiu em 25% as despesas contratuais das superintendências estaduais. “Estamos vendo o que nós vamos fechar – vamos ter que mandar terceirizados embora ou vigilante, fechar garagem – não estou dizendo que vamos fazer isso, mas discutimos”, diz o Superintendente do Incra, tentando lidar com os cortes.

*IANNI, O. CARDOSO, F. H. COR E MOBILIDADE SOCIAL EM FLORIANÓPOLIS – ASPECTOS DAS RELAÇÕES ENTRE NEGROS E BRANCOS NUMA COMUNIDADE DO BRASIL MERIDIONAL. SÃO PAULO: COMPANHIA EDITORA NACIONAL, 1960.

Pinus prejudicam a biodiversidade

Em Florianópolis, mesmo com Lei Municipal retirada da espécie invasora depende da ação de voluntários



“**A** nossa diversão de fim de semana era ir para as dunas brincar no mato. Há 30 anos não tinha *pinus* lá, aquilo foi crescendo e ficando mais verde.” Se na infância ir para as dunas da Lagoa da Conceição, na região leste de Florianópolis, era uma atividade de lazer para Roberto Medeiros, o Beto, de 42 anos, hoje em dia tem outro significado: trabalho e esforço para recuperar o ambiente nativo. Isso porque entre os montes de areia e o verde da restinga, o parque foi invadido por *pinus* — *elliotti* e *taeda* —, espécie de árvore exótica que consome muita água e encobre áreas, impedindo que a vegetação nativa e animais que dependem dela tenham condições de sobrevivência. Para recuperar esse ecossistema, além de devolver a paisagem e a vida de antigamente, Beto e outros voluntários se dedicam a eliminar a invasora.

Em Florianópolis, existe legislação para isso. Sancionada em 2012, a Lei Municipal nº 9097 institui que os *pinus* — juntamente com *eucalyptus* e *casuarina spp* — devem ser erradicados e substituídos por espécies nativas até 2022. A três anos do prazo final, a retirada das árvores depende da ação de voluntários e eventuais trabalhos da Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM). Apesar disso, a aplicação da lei esbarra em questões técnicas e na falta de ações efetivas.

Para mudar esse cenário e fazer valer a lei, em abril de 2018 foi assinado o Decre-

to nº 18.495, que prevê que o município, sob coordenação da FLORAM, tem o prazo de dois anos, a partir da data de promulgação, para realizar o diagnóstico e mapeamento das espécies na cidade e então definir estratégias para remoção e substituição. Dentro desse prazo, a entidade deve capacitar profissionais para as ações, criar programas de educação ambiental e de produção de mudas de espécies nativas. Além disso, ela é responsável pela fiscalização de áreas públicas e privadas, podendo autuar os proprietários através de advertência e multa.

O verde nocivo

Ter o verde no visual da cidade não é sinônimo de diversidade biológica. Segundo a professora Michele Dechoum, do Departamento de Ecologia e Zoologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), as exóticas invasoras são a segunda maior causa de perda de biodiversidade e extinção de espécies no mundo. O *pinus* é um exemplo, e além dos prejuízos ambientais, ele também causa problemas econômicos e sociais. Eles afetam a alimentação dos animais e a polinização de insetos, invadem áreas de campo e de lazer ecológico, geram gastos com seu manejo em áreas protegidas, agrícolas e rodovias, e alteram a paisagem, conforme apresenta a base de dados do Instituto Hórus.

A espécie não fica restrita ao local onde foi plantada, suas sementes leves são dispersadas pelo vento para outras áreas. Cada árvore gera milhares de sementes que se espalham ao longo do ano. A semente se desenvolve e a planta, com cerca de quatro anos e cinco metros de altura, já começa a produzir novas sementes. Durante esse processo, o *pinus* utiliza água em excesso, aumenta a acidez do solo e quando maiores fazem sombra, impedindo que as nativas tenham água e luz, o básico para sobrevivência. Além disso, os

animais que dependem daquele ambiente para alimentação e reprodução perdem espaço. “É como se você chegasse na sua casa e está uma bagunça. Aquele espaço não está mais organizado como você conhece, de repente a comida já não está mais ali disponível”, compara Michele.

Os *pinus elliotti* e *taeda* foram trazidos para a cidade nas décadas de 50 e 60 por incentivos do governo. Na época, mudas foram distribuídas para a população e também plantadas em áreas experimentais. Esperava-se que a madeira fosse comercializada e a árvore fosse uma barreira em regiões de dunas. Com o tempo, a ideia de comercializar *pinus* se mostrou inviável por questões de estrutura e as áreas foram abandonadas. O Parque Estadual do Rio Vermelho é um exemplo: na década de 60, um projeto experimental encabeçado por Henrique Berenhauer, então presidente da Associação Rural de Florianópolis, em convênio com a gestão do governador Celso Ramos, fez com que os *pinus* tomassem conta de grande parte das áreas florestais daquela região. Berenhauer alegava que era preciso fazer uma barreira para evitar que o vento levasse a areia das dunas do leste da Ilha de Santa Catarina para aquela região e que os *pinus* seriam as árvores ideais para isso; caso contrário, as áreas de plantação e pastagem seriam prejudicadas.

Com a plantação de milhares de mudas da espécie invasora, o Parque se tornou um banco de sementes, o que facilitou a proliferação da espécie em outros pontos na cidade, como mostra a *Lista Comentada de Espécies Exóticas Invasoras no Estado de Santa Catarina*, organizado pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA), em 2016.

Hoje, mesmo com discussões técnicas, a execução do trabalho se concentra em ações de voluntários. Só no ano passado, eles retiraram 28.283 *pinus* apenas no Parque Natural Municipal das Dunas da Lagoa da

Resistência: em 2018 foram retirados 28.283 mil *pinus* do Parque Natural Municipal das Dunas da Lagoa da Conceição. Apesar da redução significativa, ainda é possível avistar algumas árvores da espécie pela restinga.



Vizinhança: na Avenida das Rendeiras, que fica na extremidade das Dunas da Lagoa da Conceição, os *pinus* ainda podem ser encontrados nas áreas residenciais. As sementes da espécie podem ser espalhadas pelo vento até os grandes montes de areia, prejudicando o avançado trabalho de manejo do local.

O que são espécies exóticas invasoras

As espécies exóticas invasoras são caracterizadas por sua rápida reprodução e proliferação, elas dominam os ambientes que invadem e prejudicam espécies nativas, causando extinções, perda de biodiversidade e alteração de ecossistemas. “Nenhuma planta exótica tem uma função ecológica da mesma forma que tem uma planta nativa. Quando elas são invasoras elas destroem as funções ecológicas, porque dominam o ambiente e não o deixam funcionar como deveria. Usam mais água porque crescem muito rápido e assim impedem a regeneração e crescimento de espécies nativas, elas não convivem com as nativas mas as expulsam. Isso significa que animais ficam sem suas fontes alimentares, inclusive insetos, que vivem dos néctar das flores e de plantas em geral, e são extremamente importantes como polinizadores”, explica Silvia Ziller, diretora do Instituto Hórus.

Exemplos

- Acácia-mimosa (*Acacia podalyriifolia*): nativa da Austrália, é proibido plantá-la em Santa Catarina. A espécie invade vegetações como a restinga e impacta as espécies nativas;
- Ipê de jardim (*Tecoma Stans*): nativa da América do Norte, a espécie é considerada invasora pois degrada florestas, pastagens e áreas agrícolas. Seu plantio também é proibido no Estado;
- Casuarina (*Casuarina equisetifolia*): nativa da Austrália, é encontrada predominantemente em áreas litorâneas para o uso de contenção de dunas.

Evite a disseminação

- Comece conhecendo as plantas do seu jardim;
- Ao reconhecer uma espécie exótica, entre em contato com a FLORAM através do número (48) 3251-6500 para informações de retirada;
- Faça a substituição por espécies nativas;
- Não cultive plantas exóticas invasoras.

FONTE: LISTA DE ESPÉCIES EXÓTICAS INVASORAS DO INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE SANTA CATARINA (IMA-SC)

Conceição. Organizados pelo Instituto Hórus, grupos de no máximo 20 pessoas visitam o local para realizar o manejo mensalmente. “O programa veio em resposta à percepção de um problema muito grave que já era conhecido. Já havia ações feitas, inclusive pelo Ministério Público em 1998, mas eram pontuais, não efetivas. Com o desenvolvimento do programa, em contato com a universidade veio a oportunidade de oferecer um programa de extensão que também beneficiava a conservação do parque”, conta Silvia Ziller, diretora do Instituto.

Entre alunos, professores e membros da comunidade, está o voluntário Beto, que pode aplicar seu conhecimento profissional em jardinagem e trazer de volta à memória a paisagem antiga. “O *pinus* foi se proliferando, a gente foi acostumando, mas depois do projeto percebemos o que acontecia. Sem o Instituto aquilo estaria perdido. Não ia ter mais areia, não ia ter mais nada. Quem fosse lá veria uma floresta verde, totalmente fechada de *pinus*.” Além da ação dos voluntários, motosserristas contratados vão ao parque para retirar as espécies de maior porte. O gasto com profissionais e material é custeado através de financiamentos coletivos e doações. Calcula-se que desde o início das atividades, em 2010, R\$ 137 mil foram poupados dos cofres públicos com a retirada de mais de 350 mil mudas e plantas da invasora no Parque, conforme informações do artigo “Engajamento de cidadãos no manejo de *pinus* exóticos invasores: faz diferença?”, publicado em 2018 na revista científica *Biological Invasions*.

“O tempo passa e essas espécies vão ocupando o espaço das nativas”

Apesar da dedicação dos voluntários, o trabalho precisa do engajamento dos moradores do entorno. “Ao longo da rua Osni Ortiga e da Avenida das Rendeiras, muitas casas têm *pinus* no quintal. Essas árvores estão jogando sementes para dentro do parque e não vão deixar a gente acabar o trabalho se não forem retiradas”, explica Silvia. No artigo da *Biological Invasions*, pesquisadores avaliam que um terço da área total do parque estaria invadida pela espécie exótica, caso as atividades de manejo não tivessem se iniciado. Estima-se agora que, com as retiradas no Parque e nas propriedades vizinhas, os *pinus* sejam erradicados do local até 2028.

Se na Lagoa da Conceição o apoio da FLORAM é institucional, em outros pontos invadidos a retirada é pontual. A falta de organização e recursos da entidade é um dos fatores que atrapalham o desenvolvimento de ações, como explica Mauro Manoel da Costa, chefe do Departamento

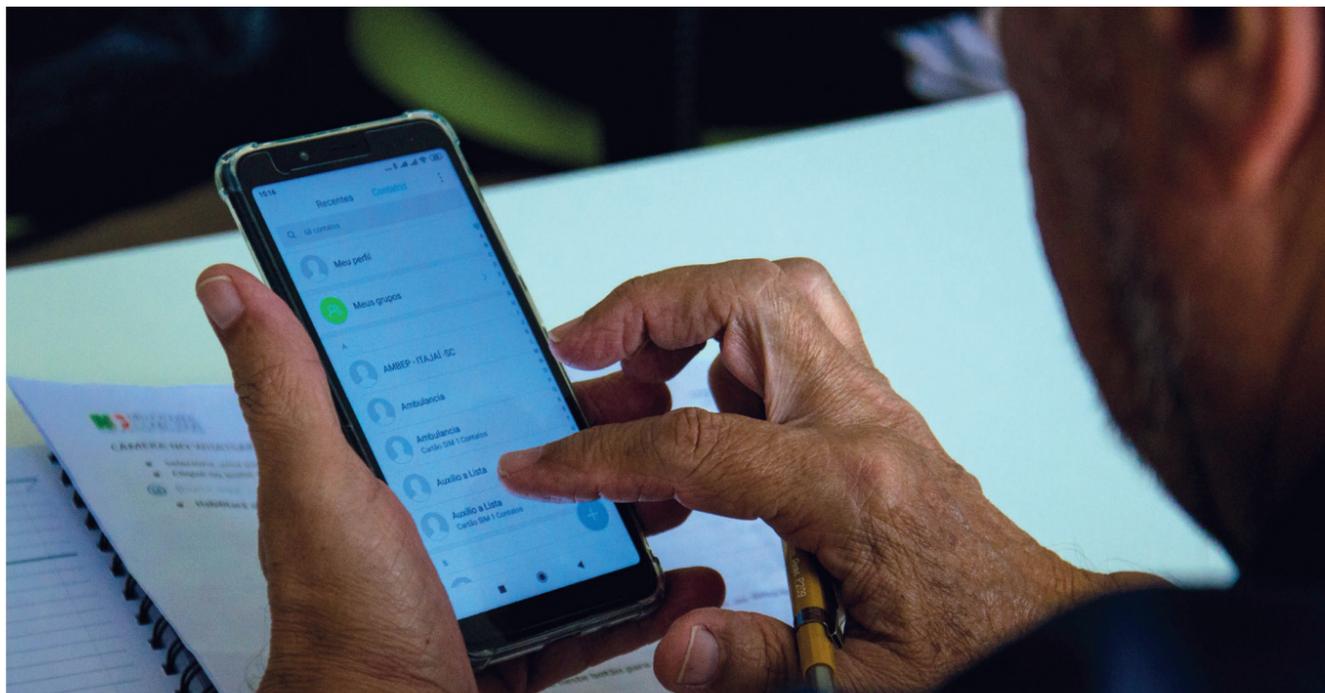
de Unidades de Conservação. “Precisaria ter um corpo técnico permanente para isso, um grupo operacional de no mínimo dez pessoas. Profissionais capacitados para o uso de motosserra e outros equipamentos. Tem que ter a parte de comunicação também, talvez dentro dessa equipe técnica ter um educador ambiental.” Isso acaba não acontecendo porque outras questões ganham prioridade. Até o momento, foram realizados manejos e fiscalização na Galheta, no sul da ilha; Daniela, no norte; e Lagoa do Peri, no sudeste. Ali foram feitos trabalhos de comunicação com a população do entorno, com a distribuição de folhetos que explicam as ações, já que ainda existe preconceito contra o corte.

Quase sete anos depois da promulgação da lei, Mauro e Silvia concordam que é inviável erradicar os *pinus* no prazo de dez anos, como previsto. Isso se deve à falta de informação e atuações práticas da prefeitura desde o início. “As pessoas têm boa intenção, mas na verdade não sabem o que é preservar a natureza. Então, se há boa intenção, e na medida em que há ação prática, elas se dão conta: ‘poxa, *pinus* é ruim, então vou tirar o meu’”, diz Silvia. Para Mauro, no cenário atual é necessário fazer algo efetivo para salvar a ilha da espécie exótica invasora. “A política da FLORAM precisa ganhar corpo enquanto instituição, para dar conta desses gargalos.” Já a professora Michele alerta: “à medida que o tempo passa, essas espécies vão ocupando o espaço das nativas. O tempo joga a favor das invasoras”. **Z**

Inclusão digital eleva autoestima dos idosos

Em Florianópolis, cursos ensinam a utilizar WhatsApp e outros aplicativos virtuais

Darcy da Silva é revendedor de perfumes há mais de 10 anos. Começou de porta em porta, depois os clientes passaram a fazer encomendas por telefone, e agora pedem para ver os produtos através de fotos no WhatsApp. A questão é que o senhor de 79 anos não sabe usar o aplicativo de conversas instantâneas. Com medo de perder clientes e o seu sustento, Seu Darcy, como é mais conhecido, decidiu buscar ajuda para aprender a usar os novos recursos de comunicação digital.



A história se repete com outras pessoas na mesma faixa etária, seja para entrar em contato com familiares que moram longe ou simplesmente para se manter incluído no mundo da tecnologia. Segundo dados da consultoria SeniorLab, até agosto de 2017, passava de 7 milhões o público brasileiro com 60 anos ou mais que utilizava a rede social Facebook. Além disso, o grupo que mais cresce na Internet é o dos idosos. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), mostra que houve um crescimento de 25,9% de 2016 para 2017.

Foi pensando nesse público que Luciano e Cristiano Pereira começaram o projeto “Melhor Idade Conectada”, há quatro anos. Os irmãos são proprietários de uma escola de informática e tecnologia no centro de Florianópolis e, percebendo a demanda, passaram a oferecer cursos de como usar computador e smartphone “para aqueles que já sabem muito, mas tem muito a aprender”. Eles já receberam em média 500 alunos, com idade entre 50 e 89 anos.

A principal queixa dos idosos que procuram os cursos é a falta de paciência da família para ensiná-los. “O filho chega, dá um smartphone na mão do pai, da mãe ou do avô e não ensina. A gente até brinca ‘tá me dando uma Ferrari, mas me dá a gasolina, né’”, conta Luciano. Ele percebeu uma grande diferença na autoestima de seus alunos, que saem das aulas mais confiantes e com um brilho nos olhos por ter aprendido algo novo.

De acordo com o estudo desenvolvido na Universidade de Berna, na Suíça, e publicado em 2018, a autoestima cresce e se estabiliza dos 4 aos 70 anos, quando a mesma começa a declinar. Segundo os pesquisadores, esse declínio acontece por conta de perdas familiares e do próprio status social. O fato dos idosos de hoje conseguirem realizar tarefas, como pedir carona em um aplicativo ou fazer compras e pagamentos pela Internet, gera não apenas qualidade de vida, mas também autonomia.

Percebendo essa necessidade da inclusão digital de idosos, o Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI) da Universidade

Federal de Santa Catarina (UFSC) passou a oferecer cursos e oficinas que ajudam seus alunos a lidar com as novas tecnologias. A oficina de Novas Mídias Digitais, iniciada em abril, tem a proposta de ensinar os idosos a usar aplicativos como WhatsApp, Facebook, Instagram, YouTube, Spotify e Uber. Outra iniciativa realizada pelo Núcleo é o IntegraNETI, um blog feito coletivamente pelos idosos e que tem como intuito levar conhecimento e contribuir com um novo olhar para o processo de envelhecimento.

O fato
de os idosos de hoje realizarem tarefas, gera não apenas qualidade de vida, mas autonomia

Com a ajuda dessas iniciativas, o público que não nasceu nesta geração digital vai se adaptando. “A queixa deles é realmente comunicar, o nível mais básico da coisa. Não é mais um luxo, é uma necessidade”, conclui Luciano.

O novo idoso

Estar conectado é uma necessidade que surgiu como parte de uma pressão social, que vê o idoso como ultrapassado, fora das tendências do mundo moderno. “Uma vez me perguntaram: ‘Jacira, tu não tens Facebook?’ E eu respondi: ‘não tenho’. E me indagaram de volta: ‘como assim tu não tens? Todo mundo tem’. Naquela hora eu me senti muito diminuída, excluída. Hoje se tu não estás no mundo digital, tu não vives ou vives com muitas dificuldades”, relata a aluna do NETI, Maria Jacira Moura, de 67 anos.

Segundo dados do IBGE divulgados em 2018, a expectativa de vida do brasileiro é de 76 anos, sendo até maior em alguns es-

tados, como é o caso de Santa Catarina, com a expectativa de vida de 79,4 anos. “Ao atingir 60 anos, a pessoa vai viver mais um terço do que ela viveu até aquele momento, de acordo com a expectativa de vida. E 20 anos é muita coisa”, comenta o mestrando em Mídias do Conhecimento na UFSC, José Roberto Cordeiro.

Cordeiro também ressalta a importância do idoso utilizar a internet à medida que esta se torna cada vez mais imprescindível na vida da sociedade. “Hoje em dia se você quiser se comunicar com alguém, comprar alguma coisa, você recorre à internet. Até porque a sociedade impõe isso, tem serviços bancários e de telefonia que são disponíveis apenas pela internet. Então imagina a pessoa hoje com 60 anos não saber fazer isso e ter que viver mais 20 anos sem saber”.

O idoso conectado imprime hoje um novo paradigma de velhice. É o que explica a gerontóloga e coordenadora do NETI, Jordelina Schier. “Hoje a gente vê que o aluno que chega aqui com 50 anos se preocupa em se inserir numa atividade diferente, traçar novos planos, e se preparar para um envelhecimento saudável. Eles vêm porque entendem que precisam manter a convivência, para manter o seu status, o seu papel social. É esse novo idoso que está vindo com força, e a internet está ajudando a construir esse idoso.” **Z**

Cursos, oficinas e palestras

O NETI oferece gratuitamente cursos, oficinas e palestras que envolvem o idoso no mundo digital. As oficinas duram em média de quatro a oito encontros e a entrada é livre.

Onde Av. Desembargador Vitor Lima, 145 • UFSC • Florianópolis
Contato (48) 3721-6198
Facebook www.facebook.com/netiufsc

A escola de informática Era Conectada oferece cursos para auxiliar o idoso a utilizar computador, *laptop* e *smartphone*. O curso de *smartphone* é composto por seis aulas, duas vezes por semana, cada aula com 2 h de duração.

Onde Rua Jerônimo Coelho, 383 • Sala 802 • Centro • Florianópolis
Contato (48) 98824-0869 (WhatsApp) • (48) 3209-7222
Facebook www.facebook.com/melhoridadeconectadaoficial

Hábito de correr cresce no país

Além de benefícios físicos e mentais, corrida é sinônimo de liberdade, energia e força de vontade



Com a ponte Hercílio Luz e o mar como cenário ao fundo, pelo menos três vezes por semana, às 7h, Maria Zilene Cardoso, 63 anos, administradora do museu Palácio Cruz e Souza, e Isabel Cristina de Jesus Rodrigues, 64 anos, perita criminal aposentada, correm pela Beira-Mar Continental, em Florianópolis. As amigas já treinam juntas há 10 anos.

Antes de se aposentar, Zilene não tinha tempo para cuidar do corpo e da saúde. Com a aposentadoria, em 2009, ela conseguiu dar mais atenção a sua qualidade de vida e, com auxílio de um educador físico, a corrida entrou em sua rotina. Agora diz que virou um vício. “O corpo pede, se você deixa de fazer você fica mal, o corpo exige que você faça algum tipo de atividade”, ressalta Zilene.

Para Isabel, a primeira experiência com a corrida surgiu mais cedo, em 1982, durante um teste de capacidade física para se tornar perita criminal, quando ainda morava em Itajaí. Depois que se mudou para Florianópolis, acabou perdendo a companhia na corrida e isso a fez parar. Em 2009, por estímulo dos amigos da academia onde malhava, voltou a treinar para participar de uma prova. “Do nosso grupo [da academia], eu me saí melhorzinha, aí botaram pilha e eu continuei”, destaca Isabel. “Ela sempre se sai melhor, sempre pega pódio”, interrompe Zilene e reforça que a companhia também é importante para ela. “A gente faz muitos amigos. Tudo é motivo pra comemoração.”

Com mais de 30 provas realizadas, as duas já se preparam para a próxima, que irá acontecer em junho, em Itajaí: a corrida Brisas só para Mulheres. A meta de cada uma é diferente: para Zilene, o objetivo é terminar bem a prova. Já Isabel, mais competitiva, quer baixar seu tempo.

A corrida, além de ser um esporte democrático por não precisar de muitos investimentos iniciais, é contraindicada apenas para pessoas que sofrem de problemas cardíacos ou possuem outro tipo de patologia (problemas articulares, por exemplo). Pode ser praticada por crianças e idosos, desde que acompanhados por um profissional. “Correr e fazer parte de programas de treinamento de alta intensidade de maneira competitiva, com algumas restrições, se-

jam alimentares ou de excesso de treinos e pouco descanso, é uma preocupação de todas as idades, mas correr como estilo de vida, como hábito saudável, todo mundo pode e deve”, destaca Bruno Cardoso, especialista em medicina esportiva.

Uma dica que Zilene e Isabel deixam para quem está começando, além de ter disciplina e persistência, é procurar uma assessoria esportiva, para ter acompanhamento adequado e evitar se lesionar ao praticar exercício errado.

“Quando a gente começa a correr, a motivação e o ganho de condicionamento físico e aeróbico ocorrem muito mais rápido do que as adaptações de nossas articulações, tendões e músculos”, alerta Bruno.

Por ser uma modalidade esportiva livre, progressiva à caminhada, é comum que as pessoas não se atentem para as questões de saúde antes de iniciar a corrida de rua. Por isso é importante que o atleta visite seu médico para se certificar de que pode começar o exercício sem problemas.

Correr sozinho ou com assessoria?

A educadora física Ana Cláudia Maria de Jesus Rodrigues, conhecida como Cacá, técnica certificada pela Federação Internacional de Atletismo (IAAF), aponta que o erro mais comum de quem está começando é não procurar um profissional especializado para as orientações. “Tem muitos que olham na internet planilhas de treinos, só que cada pessoa é diferente”, ressalta Cacá.

Para a jornalista esportiva Carolina Corazza, de 25 anos, a ajuda das assessorias esportivas foi fundamental para que ela começasse a correr.

Além de ajudar quem está começando, as assessorias também apoiam quem já pratica o esporte. São responsáveis por realizar acompanhamento personalizado com profissionais de educação física, planejando e aplicando programas de treinamento focado nos objetivos e nas condições físicas de cada corredor. Nessa assistência, os educadores físicos corrigem erros comuns, principalmente de quem está começando, e ajudam a evitar lesões que podem ser geradas pela corrida.

Quem vê a jornalista hoje não imagina que há quase dois anos ela não praticava nenhuma atividade física. Tudo começou em 2017, quando foi desafiada ao vivo por um educador físico de uma assessoria de Florianópolis no programa de rádio que apresentava. “Ele falou que eu conseguiria em três meses correr 30 minutos.”

Hoje, além de correr três vezes por semana de 45 minutos a 1h, Carolina prati-

ca pilates, faz academia e pedala, sempre procurando melhorar sua performance na corrida, esporte em que finalmente se encontrou. “A corrida pra mim serve como uma meditação, serve para me conectar. Quando estou correndo, esqueço de tudo ou procuro soluções para meus problemas.”

O engenheiro cartógrafo e agrimensor, Julio Destre, de 26 anos, já correu cinco maratonas: três em Curitiba e duas em São Paulo - e, ao contrário de Carolina, nunca procurou ajuda de assessoria. Mas a recomendação é de que os futuros corredores antes se consultem pelo menos com um médico. “A chance de a pessoa que dispensa o assessor esportivo se machucar é muito grande”, observa o médico Bruno.

O engenheiro correu a primeira maratona apenas dois meses depois de participar da primeira prova de curta distância, e confessa ter errado no treinamento. “Durante esses dois meses corria religiosamente, logo passei de 30 minutos por dia para 1h, 1h30, aumentei muito drasticamente, o que ocasionou uma lesão.”

Desde então, ele já correu mais de 30 provas (de curta distância, meia maratona e maratona), mas agora com treinos adequados. Atualmente está se preparando para correr novamente as maratonas de São Paulo, em maio, e de Curitiba, em novembro. Seu treino é de 45 minutos a 1h, em dias alternados, seguindo as planilhas disponíveis na internet, além de frequentar academia para fortalecer a musculatura.

Floripa Road Runners

O designer gráfico Geraldo Protta, 40 anos, desenvolveu um projeto para promover a corrida de rua na Grande Florianópolis. Geraldo se inspirou no New York Runners, uma organização sem fins lucrativos, criada em 1958, em que as pessoas combinavam de se encontrar no Central Park para fazer uma corrida de última hora (parecido com os *flash mob*).

O Floripa Road Runners auxilia quem está começando e quem já está nesse esporte, orienta como procurar as assessorias esportivas mais próximas, marcar encontros para correr em grupo, divulgar provas que acontecem durante o ano na cidade e até mesmo promover atletas que precisam de apoio.

Geraldo considera o esporte bastante motivador. “É um meio onde todo mundo incentiva todo mundo, já vi gente cair na prova e quem estava do lado ajudar e falar: ‘vamos juntos até o final’ - isso é a corrida.” **Z**

Acima:

Não importa se são 5 km, 10 km, ou 42 km, a corrida é uma prática que ativa o corpo. É preciso disposição e preparo para tornar esse esporte um hábito. Na Beira-Mar Continental, é comum encontrar corredores, como Isabel, que se exercitam logo pela manhã.



Manifestantes pedem fim de racismo institucional

Jovem negro de 19 anos, Vitor Henrique Xavier Silva Santos “tinha o sonho de ser policial”, conta a irmã Vivian da Silva Santos. Na quinta-feira, 18 de abril, ele brincava com uma arma de pressão no quintal da casa, onde morava com os pais, no bairro dos Ingleses, norte de Florianópolis, quando foi surpreendido por dois policiais militares que atiraram contra ele. A PM, em nota oficial, ressaltou que “as circunstâncias dos fatos serão investigadas e apuradas”.

Na mesma semana, outras duas situações já haviam chamado a atenção para a violência em abordagens policiais. No domingo, 14, um vídeo que circulou nas redes sociais mostrou uma rapper desmaiando ao receber um mata-leão de um policial militar, próximo à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A abordagem ocorreu após um policial à paisana ser questionado por estar armado.

Dois dias antes do assassinato de Vitor, um trabalhador senegalês foi detido com violência na região central de Florianópolis. A situação também foi filmada e divulgada nas redes sociais. No vídeo, policiais da Guarda Municipal apontam uma arma de bala de borracha para a população que se revoltou com a força excessiva usada contra o imigrante. As ações violentas por parte da polícia desencadearam a “Marcha contra a violência policial, em defesa de direitos e pela democracia”, realizada na quinta-feira, 25, no centro da cidade. **Z**



Acima: “Que viva a luta do meu povo preto, de norte a sul e no país inteiro.” O grito ecoado durante boa parte do ato revela um problema estrutural no sistema brasileiro: os assassinados são vítimas de racismo institucional.

À esquerda: “O último suspiro do Vitor foi nos meus braços”, relata a irmã Vivian da Silva Santos, 22 anos. Os policiais envolvidos no caso afirmaram que Vitor havia apontado a arma na direção deles. “A gente sabe que ele não fez isso. Imagina, você ter o sonho de ser policial e apontar a arma pra eles. Não tem explicação!”, conta.

“Viva a luta do meu povo preto de norte a sul e no país inteiro”



Acima: Os policiais militares que mataram o jovem usaram máscara durante toda a ocorrência. Juliana Venciguerra, 19 anos, amiga próxima de Vitor, contou que eles continuaram a agir de modo abusivo, mesmo depois de atirar. “Eles tomaram o celular da mão da Vivian e não deixaram chamar o SAMU”.

À esquerda: Duas viaturas da Guarda Municipal e uma da Polícia Militar acompanharam a manifestação. De acordo com o Fórum Nacional de Segurança Pública, entre 2015 e 2016, mais de 75% das pessoas assassinadas durante intervenções policiais eram negras. O mesmo recorte vale para os policiais negros, que dentro das corporações representam 56% dos assassinados.

Abaixo: Outros casos ocorridos no país foram lembrados. Nos caixões, os manifestantes colocaram a foto do menino Marcos Vinícius da Silva, 14 anos, morto durante operação policial no Complexo da Maré e o caso do músico Evaldo Rosa e do catador de recicláveis Luciano Macedo, ambos vítimas de 80 tiros disparados pelo Exército no Rio de Janeiro.

